

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS DOS ALUNOS DOS CURSOS
TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DA ÁREA DE AGROPECUÁRIA DO
CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA - RS

NELCI JOSÉ DONADEL

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS DOS ALUNOS DOS CURSOS
TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DA ÁREA DE AGROPECUÁRIA DO
CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA - RS**

NELCI JOSÉ DONADEL

*Sob a Orientação da Professora Doutora
Rosa Cristina Monteiro*

Dissertação submetida à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração: Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Outubro de 2010

630.71098165

D675e

T

Donadel, Nelci José, 1958-.

Expectativas Profissionais dos Alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio da Área de Agropecuária do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS / Nelsi José Donadel - 2010.

41 f.: il.

Orientador: Rosa Cristina

Monteiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 36-37.

1. Ensino agrícola - Rio Grande do Sul - Brasil - Teses. 2. Mercado de trabalho - Teses. 3. Agropecuária - Estudo e ensino - Teses. I. Monteiro, Rosa Cristina. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

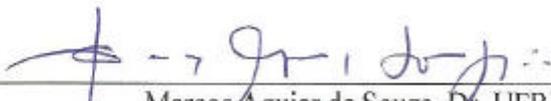
NELCI JOSE DONADEL

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 01 de outubro de 2010.



Rosa Cristina Monteiro, Dra. UFRRJ



Marcos Aguiar de Souza, Dr. UFRRJ



Alcina Maria Testa Braz da Silva, Dra. UNIVERSO

Dedicatória

Dedico esse trabalho:

A DEUS - que iluminou meu caminho;
AOS MEUS FAMILIARES - que compreenderam e motivaram-me sempre;
A NADIA COVALESKI PERLIN - colega, parceira, amiga de todos os momentos;
A PROF^a. DR^a. ROSA CRISTINA MONTEIRO - por sua simplicidade e compreensão

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal Farroupilha, pelo apoio e atenção em todas as fases do processo.

Ao PPGEA, pela preocupação e desprendimento em ofertar um curso que atende aos interesses da educação tecnológica deste país.

Aos colegas de turma, pelo convívio e ajuda em todas as etapas da realização do curso.

Aos colegas do *Campus* São Vicente do Sul, pelas relevantes contribuições recebidas.

Aos alunos do *Campus* São Vicente do Sul, pela disponibilidade em participar dos estudos.

Às pessoas anônimas que fizeram sua parte para que fosse possível concretizar mais este desafio.

MEMORIAL DO AUTOR

Nasci no campo e assumi, com dedicação, a atividade agrícola ainda criança. Foram muitas as tarefas desempenhadas, todas manuais, mesmo sem as devidas condições instrumentais para tal.

No entanto, diante da primeira oportunidade de sair de casa e mudar de vida, embora me sentindo um tanto inseguro, não vacilei. Ingressei no Colégio Seminarista, pois era uma das poucas alternativas para se começar uma vida intelectual. No entanto, pela ausência de uma vocação para o sacerdócio, abandonei o Colégio e surgiu, como alternativa, a oportunidade de ingresso em um Colégio Agrícola e no Curso Técnico Agrícola, o qual propiciou muitos conhecimentos, porém não suficientes para ingressar no mercado de trabalho.

Retornar ao meio rural com uma propriedade de 15 hectares e 8 irmãos para sobreviver dela não seria possível ou viável. Então, o que restou foi sair novamente, agora em busca de uma formação superior que viabilizasse outras opções de sobrevivência.

Em 1984 ingressei no *Campus* São Vicente do Sul como estagiário, na condição de Professor de Educação Física dos cursos Técnicos Agrícolas. E desde esse ano venho atuando como docente da área e dirijo o Departamento de Assistência ao Educando, onde, em várias e diferentes situações cotidianas, sou testemunha das dificuldades vivenciadas pelos alunos e seus familiares, os quais as relatam, bem como as expectativas futuras para seus filhos. E são as mesmas dúvidas e perspectivas que me reportam ao passado vivenciado enquanto estudante.

Foram décadas de convivência com pessoas ligadas ao meio rural, além da interação com esse próprio meio, que me levam a afirmar que, hoje, com muito mais experiência e a exemplo dos resultados dessa pesquisa, dificilmente voltaria a me dedicar à agricultura sem um saber científico-tecnológico mais avançado em relação àquele que possuía na primeira fase da minha vida.

RESUMO

DONADEL, Nelci José. **Expectativas Profissionais dos Alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio da Área de Agropecuária do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS.** 2010. 41 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2010.

A presente pesquisa, intitulada **Expectativas profissionais dos alunos dos cursos técnicos de nível médio da área de agropecuária do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS**, vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e tem como propósito conhecer as expectativas dos alunos dos Cursos Técnicos da área de Agropecuária da modalidade Integrada ao Ensino Médio, após concluírem a formação técnica respectiva. A partir dos trabalhos de construção do referencial teórico sobre o tema, da análise documental e da aplicação de questionários, foi realizada a tabulação dos dados, os quais subsidiaram a elaboração da presente pesquisa. As concepções teóricas mencionadas, juntamente com as manifestações resultantes da aplicação dos questionários, permitiram a construção de uma visão mais clara em relação aos caminhos que os alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio pretendem seguir após terem concluído o processo educacional. Ficou evidenciado que a procura pela instituição é atribuída a fatores como: a gratuidade dos seus cursos, o curto período para a profissionalização, além da reconhecida qualidade do ensino, a qual interfere na consecução das condições essenciais de aprendizado e possibilita várias opções para seus contextos. Percebeu-se que as pretensões dos alunos, na sua grande maioria, são direcionadas para inserção imediata no mercado de trabalho, o que lhes assegura a possibilidade de subsidiar a continuidade dos estudos. Verificou-se, ainda, que o *Campus* desenvolve atividades estimuladoras para o retorno do aluno à sua propriedade, porém, a atual crise do setor agropecuário, somada ao incentivo das famílias pela busca de uma colocação no mercado de trabalho, acaba resultando no abandono do meio rural, sem que haja oportunidade de aplicarem suas tecnologias, contribuindo, assim, para o esvaziamento das áreas rurais.

Palavras-chave: Cursos Técnicos; Expectativas Profissionais; Mercado de Trabalho; Meio Rural.

ABSTRACT

DONADEL, Nelci José. **Professional Expectation of Students of Agriculture Technical Courses of Farroupilha Federal Institute – *Campus* São Vicente do Sul – RS.** 2010. 41 p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy. Rural Federal University of Rio de Janeiro. Seropédica - RJ. 2010.

The research Professional expectation of students of Agriculture Technical Courses of Farroupilha Federal Institute – *Campus* São Vicente do Sul – RS, linked to the Post-Graduation Program in Agricultural Education of Rural Federal University of Rio de Janeiro and aims to know the students expectations of Technical Courses of Agriculture Area integrated to secondary school after concluding this formation. After the elaboration of theoretical reference about the issue, of the documental analyze and of the application of semi structured interview, the tabulation of datum was realized, in order to subsidize the elaboration of present research. The theoretical conceptions mentioned, together with the resulting manifestation of the application of questionnaires, they allowed the construction of the clearer view regarding to the paths that the students of the technical courses of secondary school intend to follow after they have concluded the educational process. It was evident that the demand by the institution is assigned to factors such as: gratuitousness of the courses, the short period of professionalization, besides the recognized quality of teaching which concern in realization of the essential conditions of knowledge that brings many options for the students' reality. The research showed that most part of the students intends insertion immediate inside the work world, because this gives them the possibility subsidize to continue their formation. Moreover, the research sowed yet that the Institution develop stimulating activities for the return of students to their rural property, however the current crisis in the agricultural sector coupled with the encouragement of families in the search for a placement in the world of work ends up resulting in the abandonment of rural areas with no opportunity to apply their technologies. Thus, it contributes to the abandonment of rural areas.

Key-words: Technical Courses; professional expectations; job market, rural areas.

LISTA DE SIGLAS

ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANFOP	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFICT	Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COAGRI	Coordenação Nacional de Ensino Agrícola
CUT	Central Única de Trabalhadores
DAE	Departamento de Assistência ao Educando
EAFSVS	Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFF	Instituto Federal Farroupilha
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPI	Plano Pedagógico Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
RS	Rio Grande do Sul
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SER	Setor de Registros Escolares
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Frequência relativa por intervalos de idade dos alunos entrevistados	23
Figura 2 – Frequência relativa por gênero	24
Figura 3 – Origem dos alunos matriculados nos cursos técnicos de nível médio.....	25
Figura 4 - Iniciativa em buscar o curso.....	26
Figura 5 - Atendimento das expectativas do curso.....	27
Figura 6 - Intenções dos alunos para a vida egressa.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Expectativas dos alunos em relação à formação técnica	27
Tabela 2. Expectativas atendidas e não atendidas	28
Tabela 3. Contribuições do curso para a formação do aluno	30
Tabela 4. Contribuições do curso para o desenvolvimento regional	30
Tabela 5. Razões que dificultariam o retorno ao meio rural	31
Tabela 6. Opção pelo curso	32
Tabela 7. Ações distintas mediante a oportunidade de realizar curso novamente	33

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	ESTUDO DE CONHECIMENTO ATUAL	3
2.1.	O Problema e suas Implicações	3
3.	OBJETIVOS	6
3.1.	Objetivo Geral.....	6
3.2.	Objetivos Específicos	6
4.	REFERÊNCIAS TEÓRICAS	7
5.	O CONTEXTO DA PESQUISA	9
5.1.	<i>Campus</i> São Vicente do Sul: sua História e seu Papel através dos Processos de Reforma da Educação Profissional Brasileira	9
5.2.	O Decreto 2.208/97 e suas Prerrogativas.....	10
5.3.	O Decreto 5.154/2004 e as Novas Diretrizes para a Educação Profissional	11
5.4.	O processo de “IFETIZAÇÃO”	12
5.5.	Parâmetros e Desafios da Lei 11.892/08: Análise Crítica	13
5.6.	O <i>Campus</i> São Vicente do Sul e sua Inserção no contexto Educacional do País	14
5.7.	Concepções de Currículo	17
6.	METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	19
6.1.	Linha Metodológica	19
6.2.	Definição do Contexto da Pesquisa.....	19
6.3.	Informantes	20
6.4.	Coleta dos Dados.....	20
7.	ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
7.1.	Observação Documental.....	22
7.2.	Análise dos Questionários	22
8.	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	34
9.	REFERÊNCIAS	36
10.	ANEXOS	38

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado que o mundo vem passando por significativas transformações nos campos econômicos, sociais, ambientais, tecnológicos, institucionais e culturais, e que têm atingido seriamente a agricultura. A economia cobra eficiência e racionalidade; a teoria administrativa pede uma postura gerencial quanto ao processo produtivo. Porém, muitos agricultores encontram-se, ainda, na mesma situação da época da colonização: descapitalizados, produzindo unicamente para suas sobrevivências, com poucos conhecimentos tecnológicos e mergulhados numa profunda crise sócio-cultural (BLUM, 2001).

Retomar o seu processo de desenvolvimento técnico e humano será fundamental para as comunidades rurais. Para isso, é preciso trabalhar no sentido de resgatar as questões relativas ao processo de cidadania das pessoas, para que elas ampliem o leque de possibilidades e liberdades sobre como estruturar suas vidas.

Nesse contexto, a educação tem representado, historicamente, um dilema para os agricultores familiares, os quais não negam sua importância para a formação de seus filhos, seja como forma de buscar melhores condições de vida ou como uma estratégia de desenvolver a unidade da produção familiar, porém nem sempre conseguem promovê-la.

Na opinião de BLUM (2001), para que haja um avanço tecnológico a médio e longo prazo, será necessário propiciar educação formal, colocando à disposição dos indivíduos o ensino fundamental e médio e dar condições para que possam deles usufruir. Esta seria, segundo o autor, a maneira mais eficaz de promover o desenvolvimento das famílias e das comunidades rurais.

O ser humano, se lhe agregarem conhecimento e formação profissional, como o caso do ensino agrícola, terá incorporado a ele importantes instrumentos de trabalho, capazes de edificá-lo enquanto cidadão. À medida que participa dos avanços tecnológicos torna-se capaz de responder, com seu esforço, a uma sociedade que se sustenta pelos aspectos quantitativos e qualitativos da produção, alcançados pela excelência do desenvolvimento do campo educacional. Assim, para que a atividade agrícola torne-se realmente produtiva e possa desempenhar satisfatoriamente o seu papel social, é premente a necessidade de aumentar a velocidade e o comprometimento social com que são difundidas as técnicas capazes de mudar a situação das populações do campo.

Dentro desta linha, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *Campus* São Vicente do Sul – RS, oferece formação profissional em todos os níveis de ensino, de forma gratuita e inclusiva, oportunizando aos alunos, num menor espaço de tempo, transformar-se em profissionais detentores de um saber técnico qualificado, para serem agentes de transformação dessa nova realidade.

No momento em que se vivencia uma reestruturação da Educação Profissional no País, principalmente no tocante à implantação de vários novos cursos técnicos, é importante conhecer ou aprofundar os conhecimentos sobre as razões que levam os estudantes à busca por uma formação técnica e as oportunidades de exercício profissional nas áreas de formação. Essa questão, aliada à experiência particular do pesquisador, motivou a presente pesquisa, na tentativa de identificar como esses novos processos acontecem e quais são as expectativas com a formação dos alunos técnicos de nível médio, na medida em que se percebe a necessidade em realizar mudanças. “Ninguém duvida da necessidade urgente de mudanças nos paradigmas educacionais; a grande dúvida é se os esquemas de ensino agrícola e/ou da educação rural terão capacidade de promover as mudanças na velocidade que o Brasil e o mercado de trabalho impõem.” (LEAL, 1983, p. 119).

A abordagem das questões relacionadas ao ensino técnico, expectativas dos alunos sobre as possibilidades da formação profissional, está relacionada ao contexto que envolve o ensino agrícola. Considerando a história do Campus como modelo de instituição que paralelamente exercita a responsabilidade social e a formação integral do cidadão, em especial a do Técnico em Agropecuária de nível médio, o mesmo assume um papel importante e desejado por todos aqueles que interagem no contexto do desenvolvimento agrário.

Esta pesquisa possui natureza quanti-qualitativa e tem por objetivo prioritário conhecer quais são as expectativas dos alunos dos cursos técnicos de nível médio da área de Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha, *Campus* São Vicente do Sul, RS em relação à formação profissional.

A fundamentação teórica tem por base as considerações registradas por autores como ABRAMOVAY (1998), BECKER (2002), BLUM (2001), BROSE (2000), BRUMER (2004), FREIRE (1987, 2001), entre outros que abordam a temática, além da análise dos documentos institucionais e legislação que regem os cursos técnicos em questão.

Os dados necessários à pesquisa foram coletados através da aplicação de um questionário semiestruturado, direcionado aos alunos das terceiras séries, matriculados em Cursos Técnicos da área de Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* São Vicente do Sul, RS.

Assim, a presente dissertação apresenta-se formatada em nove capítulos distintos, onde:

O capítulo 1 se constitui na introdução sobre o tema da pesquisa, apresentando a proposta de trabalho e suas possíveis aplicações;

O capítulo 2 trata do estudo de conhecimento atual, o qual detalha a problemática da pesquisa observada pelo pesquisador no âmbito do contexto pré-definido para a coleta de dados;

O terceiro capítulo registra os objetivos, geral e específicos, cujo alcance é a chave para as respostas que se busca em relação à problemática identificada;

O quarto capítulo é o espaço destinado ao registro das referências teóricas que amparou a pesquisa e subsidiou as conclusões do autor;

O capítulo 5 apresenta o contexto da pesquisa, onde constam aspectos históricos e atuais do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS, e da sua região de inserção;

O capítulo 6 descreve a metodologia de investigação, registra os dados coletados e as respectivas análises realizadas em relação aos mesmos e também em relação ao referencial teórico;

A análise dos resultados consta no Capítulo 7, incluindo a observação documental e análise dos questionários, cujos dados subsidiaram o estabelecimento de uma correlação com as teorias mencionadas;

Discussão e conclusão são os elementos que compõem o capítulo 8, onde o autor relata os aspectos mais relevantes da pesquisa, ou seja, aqueles capazes de subsidiarem futuras ações educacionais no âmbito dos Cursos Técnicos de Nível Médio, não apenas na instituição que se configura no contexto da pesquisa, mas em um plano maior;

Por fim, o capítulo 9, no qual estão registradas as referências utilizadas nos estudos efetivados.

2. ESTUDO DE CONHECIMENTO ATUAL

2.1. O Problema e suas Implicações

Deve-se considerar a idéia de que a educação constitui-se na maneira mais eficaz, embora lenta, de se promover o desenvolvimento, pois ela é capaz de habilitar os diferentes segmentos sociais, adequando-os para o trabalho e para a vida. É por meio do conhecimento que se pode ajudar a sociedade¹ a tomar consciência de seus próprios problemas, participando das transformações sociais, econômicas e culturais, ajudando na formação integral do homem, na sociedade.

Assim, é possível compreender que os Institutos Federais são esferas de alcance viáveis, capazes de possibilitar, principalmente ao segmento dos agricultores e seus filhos, uma nova visão de mundo que esteja em consonância com o desenvolvimento de seu meio, bem como de sua sustentabilidade.

Neste sentido, BECKER (2002), comenta que esta estratégia vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza.

Em se tratando de desenvolvimento, o momento atual exige maior motivação para poder questionar, de forma concreta, as iniciativas e vontade dos governos para programar políticas pautadas no desenvolvimento, num contexto de crescentes dificuldades para o País.

Para SACHS apud NASCIMENTO (2007), o desenvolvimento do futuro acontecerá de modo participativo e negociado, através de debates em todos os níveis, desde o desenvolvimento local à transformação das Instituições, sem as quais é difícil atingi-lo. Na sua visão, a saída estaria na busca de um novo modelo de desenvolvimento rural que interaja com os agricultores, modernizando sua visão de produção e transformando-os em empreendedores coletivos.

BUARQUE apud NASCIMENTO (2007) concorda com SACHS apud NASCIMENTO (2007), porém é enfático em afirmar que a criação de uma nova consciência a partir de uma revolução na educação será o grande salto para o desenvolvimento. Segundo o autor, no caso do Brasil, somente se conseguirá esse feito, se for realizada uma nacionalização da educação que mude a mentalidade quanto ao desenvolvimento sustentável, através de um padrão básico de conteúdos para todas as escolas brasileiras. Defende que a contribuição necessária concentra-se em mudar as mentalidades, criando uma nova consciência de sustentabilidade, através da educação das crianças.

No entendimento de MELLO apud NASCIMENTO (2007), para colocar em prática essas ações, será necessário um olhar para a questão do território e suas desigualdades sociais, pois o direito a um lugar ao solo para todos e ao meio ambiente saudável é um dos pressupostos de desenvolvimento. Neste contexto, a autora questiona o seguinte: “Como se pode pensar em universalizar o acesso de uma população à informação, em torná-la integrada, para que o desenvolvimento seja, de fato, incluyente, se essa população não tem sequer onde morar?” (p. 56).

Tais condicionantes impõem uma reflexão sobre o território, seu acesso e posse, como componente fundamental para o desenvolvimento sustentável, visto que apenas uma pequena parcela da população brasileira está vivendo no meio rural, girando, hoje, em torno de 15%,

¹ A origem da palavra “sociedade” vem do latim *societas*, uma "associação amistosa com outros". *Societas* é derivado de *socius*, que significa "companheiro", e assim o significado de sociedade é intimamente relacionado àquilo que é social. Está implícito no significado de sociedade que seus membros compartilham interesses ou preocupações mútuas sobre um objetivo comum. Como tal, sociedade é muitas vezes usado como sinônimo para o coletivo de cidadãos de um país, governados por instituições nacionais, que lidam com o bem-estar cívico.

segundo dados do IBGE (2007). Este foi um dado que instigou a procurar saber que caminhos tomam os jovens rurais que batem às portas dos Institutos, carentes de informações e sedentos por capacitação? .

A mudança que se percebe no século XXI, representa um desafio muito grande para o desenvolvimento, pois pretende promover a inclusão social, a conservação ambiental e ainda preocupar-se com o crescimento econômico. Esse desafio é maior, porque a tendência de produção e crescimento nem sempre considera os aspectos sociais e ambientais. Nesse sentido, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm um papel fundamental na construção dos conhecimentos de seus alunos, para que os mesmos possam interagir com as dificuldades por que passa o meio rural e levar informações que capacitem seus trabalhadores, transformando-os em empreendedores agrícolas, comprometidos com seu meio.

No entanto, para que essas mudanças se consolidem, na visão de BECKER apud NASCIMENTO (2007), se faz necessário entender melhor as pessoas do meio agrícola, sua linguagem e suas práticas. Por conta disso fica a preocupação: será que as ações do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul estão voltadas para a formação dos jovens do meio rural, para que retornem às suas propriedades com espírito empreendedor, que possam modificar às mesmas e terem uma vida digna em suas realidades?

Desde 1954, no *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, existe um histórico de cursos formais, cujas habilitações são voltadas para a formação agropecuária. Porém, analisando a importância dessa instituição e de seus cursos para a região e para o desenvolvimento da agricultura, ao longo dos anos, muitas questões acabam ficando sem respostas. Um exemplo são os dados coletados no relatório de egressos do Setor de Estágios do *Campus*, junto aos Técnicos em Agropecuária, habilitações em Agricultura e Zootecnia formada em 2007, os quais apontaram evidências importantes. Desses formandos, 47,8% encontram-se trabalhando em empresas; 25,7% estão trabalhando fora da área agropecuária; 11,8% voltaram às suas unidades de produção e 14,7% continuaram a estudar e estão cursando o ensino superior. Daqueles que estão trabalhando fora de suas unidades de produção, metade realizou estágio remunerado em empresas que hoje os empregam e, por serem procedentes de famílias de pequenos agricultores e com dificuldades financeiras, acabam por submeter-se às regras, incluindo salários muito abaixo do pretendido.

Assim, também, segundo esse mesmo acompanhamento de egressos, num total de 140 alunos, 126 são provenientes de pequenas propriedades rurais e desses, 90% têm aspirações de aplicar seus conhecimentos na área agrícola, após a conclusão dos cursos. Portanto, se fizermos uma análise desta pequena amostragem, observaremos que esse realmente é o início de um processo migratório para as populações rurais, que pode até representar a perda de profissionais com raízes no campo, e que talvez pudessem contribuir com mais eficácia no desenvolvimento de seu meio.

É neste sentido que este projeto busca responder justamente algumas das questões que têm ficado sem respostas: até que ponto a educação profissional técnica tem sido vista como uma alternativa eficaz para o desenvolvimento das regiões? A instituição está preparando profissionais para serem agentes de mudança dentro de uma visão empreendedora, voltada a colaborar com o desenvolvimento local e regional ou formando para atender as expectativas de interesses das empresas? Qual a intenção dos jovens rurais ao procurarem uma formação técnica? O processo pedagógico utilizado pelo *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha contribui para o retorno desses às suas propriedades ou representam um mero caminho para sua saída?

A problemática que caracteriza o estudo concentra toda a dinâmica que norteia e influencia o Técnico de Nível Médio, durante sua formação e bem como o questionamento de quais são os interesses quanto à sua inserção no mundo do trabalho. Portanto, o problema

que se situa nesse estudo, diz respeito à formação recebida pelos alunos nos Cursos Técnicos Agrícolas com habilitações em Agricultura e oferecidos pelo *Campus São Vicente do Sul* do Instituto Federal Farroupilha, cabendo revisar se tal formação corresponde às exigências pessoais, bem como elencar quais suas expectativas relacionadas à sua formação.

Outro aspecto relevante da pesquisa é a contribuição que a mesma trará para a instituição e também para seus alunos, uma vez que tenderá a ressaltar questões de produtividade e renda do trabalhador do campo; por outro lado, não se afirma que a solução para o problema dos que vivem nas áreas agrícolas ocorra, exclusivamente, pela educação e pela formação profissional; ressalta-se, sim, que a privação educacional constitui-se em um sério obstáculo para elevar a qualidade de vida daqueles que interferem ou subsistem no meio rural.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Conhecer quais são as expectativas dos alunos dos cursos técnicos de nível médio da área de Agropecuária em relação à formação profissional oferecida pelo *Campus São Vicente do Sul* do Instituto Federal Farroupilha, RS.

3.2. Objetivos Específicos

- Analisar a proposta pedagógica dos cursos técnicos de nível médio da área de Agropecuária da Instituição;
- Relacionar a proposta pedagógica institucional com os objetivos e finalidades, definidos pela criação dos Institutos Federais;
- Identificar as pretensões dos alunos dos cursos técnicos de nível médio da área de Agropecuária, após concluírem a formação;
- Fornecer, à Instituição, resultados que possam amparar estudos inerentes à formação e inserção dos seus alunos no mercado de trabalho.

4. REFERÊNCIAS TEÓRICAS

A fase da agricultura vivida desde a colonização até a década de 50 foi baseada no cultivo voltado para a subsistência, com pouca comercialização de excedentes. Isso começou a se modificar após a Segunda Guerra Mundial, disseminando-se ainda mais pelo sistema de assistência técnica e extensão rural oficial que fora proposto pelo Estado. O Estado, por sua vez, procurando mudar a agricultura tradicional e produzir mais, lançou mão de um programa estratégico para atender aos objetivos de um desenvolvimento baseado no produtivismo. (SCHALLENBERGER & COLOGNESE, 1993)

No entanto, para atingir esse avanço tecnológico, o setor agrícola necessitaria de medidas urgentes na estrutura organizacional das pequenas e médias propriedades, as quais, pela falta de liquidez, não atingiram os patamares desejados, provocando, com isso, um grande desestímulo e êxodo rural. Assim também a modernização pretendida ficou muito aquém de um processo dinâmico autossustentado, mas, pelo que viabilizava a intensificação do emprego de máquinas e insumos, acabou fortalecendo o setor industrial que era formado, em grande parte, por empresas multinacionais.

Esse novo paradigma produtivista, com a industrialização da agricultura e sua tecnificação, refletiu negativamente, gerou desigualdades no meio, acelerou o êxodo rural e aumentou também a desigualdade da distribuição equitativa dos conhecimentos e de oportunidades.

No atual momento de globalização, a economia política está redimensionando o mundo do trabalho, tornando-se mais que necessário o repensar das técnicas agrícolas, sua incorporação às práticas para obter maior produtividade. No entanto, o conhecimento técnico por si só não qualifica o agricultor. No momento em que este for agregado à sua vivência, poderá proporcionar uma ação de fortalecimento do processo produtivo.

O homem, na visão de FREIRE (1987), não pode sentir-se desgarrado e julgar o mundo pelo achismo². Para o autor, sua grande luta, ao longo dos anos, foi superar os fatores que o fazem acomodado, injustiçado, desumano e ameaçado constantemente, pela opressão criada pelas forças sociais poderosas. Afirma, ainda, que, frente às tendências modernas que se apresentam, somente a educação será capaz de acompanhar e fortalecer os indivíduos, libertando-os dos seus sentimentos de impotência. Acredita que sua libertação definitiva permitirá discussões corajosas e inovadoras dos problemas, como soluções concretas para a melhoria da qualidade de vida.

BROSE (2000) concorda com FREIRE (1987) e é ainda mais enfático ao afirmar que somente a educação poderá reduzir desigualdades estruturais, ao abrir o leque de oportunidades e ascensão social e econômica, melhorar a distribuição do poder na sociedade e fazer do desinformado político e econômico um sujeito do enfrentamento de seu meio. Para o autor, a educação permitirá aos indivíduos descobrirem que existe um mundo diferente do que lhes foi imposto pela sociedade, centrado em valores que reduzem o diálogo, moldam o indivíduo e limitam sua criatividade.

Nesse contexto, há de se atentar para as instituições que oferecem ensino técnico agropecuário como uma das estratégias possíveis, uma vez que essas deveriam proporcionar conhecimentos compatíveis com o meio e possibilitam que os beneficiados pelos saberes, sejam responsáveis pela transformação das propriedades e de seu mundo.

² O termo remete às concepções de pensadores contemporâneos que desejam fugir da mera opinião, ou seja, do "achismo".

Entretanto, alguns autores fazem ressalvas aos estudos das técnicas agropecuárias, como é o caso de RIBEIRO e VIVAN (1999), ao afirmarem que as Instituições de Ensino Agropecuário espalhadas pelo interior, sejam estaduais ou federais, são freqüentemente verdadeiros drenos de expulsão dos jovens do meio rural. Para os autores, muitas dessas escolas utilizam, no seu ensino, um enfoque produtivista, com forte viés urbano que profissionaliza o jovem filho de agricultor, com perspectiva de ser capataz em uma grande propriedade patronal ou balconista em uma firma agropecuária. Afirmam que são poucos os casos de Técnicos Agrícolas que tenham retornado para gerenciar a propriedade da família.

TEDESCO (1999), por outro lado, contrapõe-se a essa idéia, comentando que, ainda que o jovem se sinta na obrigação de retornar ao ambiente familiar, a falta de uma estrutura econômica adequada e necessária para iniciar um empreendimento alternativo é fator de desmotivação, fazendo com ele acabe sendo absorvido por uma empresa multinacional e explorado, na maioria das vezes, ou então assistindo médios e grandes proprietários da região.

Para as médias e grandes empresas, o técnico recém-formado, com bagagem tecnológica e sem experiência de vida, é uma vantagem e, na maioria das vezes, acabam contratando-o e moldando-o conforme o pacote técnico que estas lhe impõem, o qual exerce sobre o jovem uma situação de poder e *status*, por estar atuando numa empresa de ponta. Essa situação de poder gera uma dominação sobre os técnicos, imposta pela empresa que, segundo FREIRE (2001), é uma relação de opressor/oprimido - dominante/dominado. Para essas empresas, é possível que o técnico represente um operante de uma cadeia ou apenas um elo que as liga ao produtor. Torna-se um representante do capital, das técnicas, do conhecimento, enquanto o agricultor é o agente do trabalho.

É importante considerar, também, que a modernização da agricultura implica na adoção e utilização de técnicas avançadas, exigindo uma infraestrutura com tecnologias de ponta, permitindo ao homem rural a diversificação de suas atividades, buscando melhorar as suas condições de trabalho e, conseqüentemente, a melhoria da sua qualidade de vida.

O meio rural, nessa última década, na tentativa de sobrevivência, pressionado por um capitalismo cada vez mais voraz, buscou, como solução para aumentar sua produtividade, a informação tecnológica. Engajou-se em projetos de agroindústrias como forma de racionalizar os processos produtivos, na expectativa de inserção e competitividade de seus produtos no mercado, como forma de garantir sua permanência no campo.

Neste contexto, SANTOS (2008) comenta que a globalização dispõe de um sistema unificado de técnicas, no qual a produção se dá em escala mundial por intermédio de empresas mundiais. Diz, ainda, que existe um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação e que o exercício da competitividade torna exponencial a briga entre as empresas e as conduz a alimentar uma demanda de mais ciência, tecnologia, de melhor organização, para manter-se à frente da corrida.

Essa nova postura mundial levou muitas comunidades rurais a unirem-se no intuito de agregar valor aos seus produtos e a criarem pequenas agroindústrias. Dessa forma, resgataram os processos de trabalho voltados a produtos regionais, com uma visão agroecológica, abrindo novos nichos de mercados regionais para consumidores mais seletos. Neste processo de transformação, o ensino técnico agrícola de nível médio poderá oportunizar uma visão sistêmica do atual momento para o meio rural e constituir-se no carro-chefe de estratégias possíveis para o desenvolvimento dessas iniciativas.

5. O CONTEXTO DA PESQUISA

5.1. *Campus* São Vicente do Sul: sua História e seu Papel através dos Processos de Reforma da Educação Profissional Brasileira

O *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, com sede no município de São Vicente do Sul, RS, foi criado em 17 de novembro de 1954, através de Termo de Acordo firmado entre a União e o então município de General Vargas, sob a denominação de Escola de Iniciação Agrícola, publicado no Diário Oficial de 30/11/1954, em conformidade com os Artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947, que instalou o Ensino Agrícola no Brasil, e os dispositivos do Decreto Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946.

Em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto no 62.178, foi transferido para a Universidade Federal de Santa Maria, sob denominação de Colégio Agrícola. No ano seguinte, pelo Decreto nº 64.827, de 16 de julho de 1969, houve uma reformulação do Decreto nº 62.178, estabelecendo que a orientação didático-pedagógica seria totalmente exercida pela UFSM.

Em 28 de fevereiro de 1985, através do Decreto no 91.005, a instituição passou a pertencer a COAGRI - Coordenação de Ensino Agrícola, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul. Após, através do Decreto nº 93.313, de 21 de novembro de 1986, foi extinta a COAGRI, sendo criada, em substituição, a Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG, órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação.

Em 1990, houve nova reorganização no funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. O Decreto nº 99.180 criou a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, ficando, então, todas as Escolas Agrotécnicas Federais a ela subordinadas.

A Lei 8.731, de 16 de novembro de 1993, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias Federais, dando-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. Em 15 de abril de 1998, o Decreto nº 2.548, de 15 de abril de 1998, aprovou o novo Regimento Geral das Escolas Agrotécnicas Federais, determinando que cada uma elaborasse sua própria regulamentação. O Regulamento Interno da Instituição foi elaborado e submetido à aprovação dos órgãos superiores, tendo sido aprovada no dia 1º/09/98, através da Portaria/MEC 966.

Em 13 de novembro de 2002, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro, publicado no Diário Oficial - Nº. 221 - Seção 1, quinta-feira, 14 de novembro de 2002, a Escola Agrotécnica foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica, passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul.

Em 2006, o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, revogou o Decreto no 3.860, de nove de julho de 2001 e o Decreto nº 5.225, de 1º/10/2004 e elevou, definitivamente, os CEFETs à condição de Instituições de Ensino Superior.

Em 2008, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 subsequente criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e a Portaria MEC nº 4, de 06 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial de União de 07 subsequente, estabeleceu a relação dos campi, componentes do Instituto Farroupilha, onde foi inserido o *Campus* São Vicente do Sul – RS.

5.2. O Decreto 2.208/97 e suas Prerrogativas

Em 17 de abril de 1997, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, juntamente com seu Ministro da Educação Paulo Renato Souza, publicam o Decreto 2.208 com o propósito de fundamentar, normatizar e regulamentar o capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 que trata da educação profissional.

Considerando o momento político e econômico que viveu o Brasil em meados dos anos 90, caracterizado pelo fortalecimento do neoliberalismo no governo de FHC, em que o país assumia um modelo de gestão que restringia a intervenção estatal, tendo como ponto marcante as privatizações das grandes companhias nacionais; a reformulação da LDB e mais precisamente o Decreto 2.208/97 tem dentre os seus propósitos o de ativar um aspecto produtivista na educação profissional no Brasil. Maués, Gomes e Mendonça afirmam que:

Essas modificações na educação profissional, no final dos anos 90, constituem ajuste econômico e ideológico, visando, de um lado, a redução de custos e restabelecimento do caráter produtivista de educação e, de outro, a contenção de possíveis tensões sociais num período crítico do capitalismo brasileiro, em que se estabelece o neoliberalismo com sua exaltação à competitividade esgarçada pelo individualismo, abandonando-se o modelo nacional desenvolvimentista no qual o Estado enfatiza as políticas sociais. (MAUÉS; GOMES; MENDONÇA, 2008, p.111).

O Decreto é claro em seus propósitos ao afirmar de modo objetivo no artigo 1º que “a educação profissional tem por objetivos: I – promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e *específicas para o exercício de atividades produtivas*” (BRASIL, Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997, art. 1º). Nesse sentido, a educação profissional brasileira assumia um aspecto objetivo, restrito e limitador na formação dos alunos das escolas de formação profissional, pois, ao “des-integrar” a formação técnica da formação geral, o governo fragmentava a formação de seus jovens, concebendo-os apenas como peças da engrenagem denominada desenvolvimento, desprezando-os enquanto indivíduos plenos.

Consolida-se, então, o ideal de formação profissional para o trabalhador, conformando-o ao papel de produtor de atividades específicas; cabendo às escolas de formação profissional o papel de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes.

Na então denominada Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul, o Decreto 2.208/97 trouxe significativas transformações que se consistiram em mudanças motivadas meramente pelo incremento financeiro e não pela reformulação das ideias. A instituição considerou viáveis as promessas de investimentos de recursos e aderiu à reforma. O que se pode inferir, nas condições em que tais mudanças aconteceram, é que foram decisões pouco democráticas, pois não houve tempo hábil para que a comunidade (alunos, servidores e setor produtivo) discutisse e entendesse a filosofia da reforma, apresentando propostas que realmente viessem atender às reais necessidades da escola e da região em que se insere.

Chegada a reforma, as alterações nos currículos foram sentidas. Efetivamente houve uma reordenação na grade curricular, compreendendo sua organização e o número de horas/aula por disciplina. Na grade curricular de 1995, a habilitação do Técnico em Agropecuária consistia em 1560 horas/aula da educação geral e 2310 horas/aula para a formação especial, perfazendo um total de 3870 horas/aula para os 03 anos de curso. Com a reforma houve uma divisão no curso que deixou de ser integrado, conforme trata o artigo 5º

dizendo que “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997, art. 5º).

Outra medida de impacto foi a subdivisão do curso Técnico em Agropecuária em duas habilitações profissionais distintas, as quais, resultaram em dois cursos: Técnico em Agricultura e Técnico em Zootecnia. Antes do Decreto 2.208/97, a EAFSVS ministrava o curso de forma abrangente, sob a habilitação única de Técnico em Agropecuária. Após a reforma, este curso foi desmembrado nas duas habilitações citadas. Em resumo, saímos de uma formação mais generalista e passamos a formar profissionais mais especializados em habilitações específicas.

Pelo modo como foi posto, o Decreto 2.208/97 foi contestado desde o princípio. Sua publicação “mobilizou diversas entidades científicas como a ANDES, ANPED, ANFOPE e Sindicais, tais como FASUBRA, CUT E SINASEFE em torno da revogação do mencionado Decreto” (MAUÉS; GOMES; MENDONÇA, 2008, p.112). O acolhimento do Decreto na então EAF de São Vicente do Sul também não foi feito pelos melhores propósitos. A falta de discussão junto à comunidade de alunos e professores; a inobservância das características regionais que caracterizam sua clientela e suas práticas educativas era falha e efetivamente tornaram o ensino profissionalizante da EAFSVS desfocado das necessidades locais. Desse modo, a reforma apresentada em pouco atendeu aos reais anseios e necessidades de formação técnica em agropecuária para o Estado do Rio Grande do Sul.

5.3. O Decreto 5.154/2004 e as Novas Diretrizes para a Educação Profissional

A revogação do Decreto 2.208/97 esteve na pauta de campanha de Luis Inácio Lula da Silva. Seu compromisso assumido tornou-se realidade com a publicação do Decreto 5.154/2004, no entanto os problemas do ensino profissionalizante não sanaram com este Decreto. Maués, Gomes e Mendonça afirmam que:

Apesar dos esforços para essa revogação, no novo Decreto foram mantidos aspectos anteriormente criticados, como as saídas intermediárias; a definição de perfis profissionais por áreas profissionais; e a gestão tripartite. De qualquer maneira, há avanços expressos nos cursos de qualificação, permitindo a elevação da escolaridade. (MAUÉS; GOMES; MENDONÇA, 2008, p.112).

O importante a ser destacado no Decreto é a continuidade do caráter de educação produtivista observado no anterior, que procurava atender à demanda social que requeria mão-de-obra específica e especializada, colocando em segundo plano a formação geral do indivíduo enquanto ser integral. Positivamente destacava a reorganização do ensino médio e técnico como ensinamentos integrados. Assim, o Decreto previa que alunos dos cursos técnicos profissionalizantes, historicamente jovens de camadas pobres e menos favorecidas, tivessem uma formação que contemplasse aspectos técnicos, históricos e culturais, possibilitando avanços na busca de novos objetivos educacionais, atendendo ao artigo 3º:

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, *objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social*. (BRASIL, Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004, art. 3º, grifo nosso).

Diante de uma nova legislação, o CEFET de São Vicente do sul procurou adequar-se ao Decreto 5.154/2004. Entretanto, o novo Decreto não foi visto como algo que viesse a transformar as práticas da Escola. Literalmente, no papel houve uma tentativa de integrar o

ensino geral ao ensino de formação profissional, porém na prática, não havia previsão de um efetivo encontro.

Observamos que o CEFET de São Vicente do Sul encontrava-se dividido a respeito de sua função e sua finalidade. Alguns professores desejavam que este capacitasse seus alunos para alcançarem objetivos de formação maiores, tornando-os aptos para níveis superiores. Outros, no entanto, percebendo a limitação decorrendo de uma formação básica cheia de falhas entenderam que a Escola deveria profissionalizar seus alunos, chegando inclusive a criticar aqueles que procuravam a Instituição em busca de um ensino público de melhor qualidade e que lhes possibilitassem maiores chances de ingresso na universidade.

5.4. O processo de “IFETIZAÇÃO”

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 subsequente, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando efetivamente os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições estas que possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, foi, então, criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, com suas respectivas unidades de ensino, com fundamento na Lei nº 11.892, de 29/12/2008.

A Portaria MEC nº 4, de 06 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial de União de 07 subsequente, estabeleceu a relação dos 07 (sete) campi componentes do Instituto Farroupilha. A Reitoria, órgão de administração central do IFET, com responsabilidade de gerenciamento dos *campi* definidos e dos que vierem a ser instalados mediante aprovação do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, foi estabelecida na cidade de Santa Maria, RS, escolhida por situar-se na região central do Estado do RS e comportar uma infraestrutura adequada às necessidades na nova Instituição.

No dia 29 de janeiro de 2009, em solenidade organizada e realizada pelo MEC, o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, deu posse aos 38 (trinta e oito) Reitores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tomaram posse, como Reitores, os então diretores dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e das Escolas Agrotécnicas Federais que deram origem aos institutos.

Especificamente no âmbito de São Vicente do Sul, o seu Diretor Geral foi nomeado Reitor *Pro Tempore*, devendo permanecer no cargo até o fim do mandato em curso, que deverá expirar em 2012.

As razões determinantes que levaram a instituição a aderir à Chamada Pública referendada anteriormente foram devidamente registradas no projeto, especialmente sobre o posicionamento da comunidade escolar, das comunidades envolvidas, direta e indiretamente, e da Administração Geral.

Destacam-se, nesse contexto, as seguintes viabilidades, oportunamente elencadas para que a IFETIZAÇÃO ocorresse:

- a) Historicamente, o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul já vinha participando, ativa e efetivamente, de todas as ações promovidas pelo Ministério da Educação e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no Plano de Expansão da Educação Profissional – Fase I (UNED Júlio de Castilhos) e Fase II (UNEDs

- de Santa Rosa e Panambi), cujos trabalhos de implantação ainda se encontram em desenvolvimento, no entanto, agora na condição de Campus do Instituto Farroupilha;
- b) Somando-se às ações de expansão, o CEFET articulava, à época, juntamente com a Universidade Federal de Santa Maria, a transferência de domínio e posse do Núcleo Agrícola do Chapadão, localizado no município de Jaguari, RS, com o objetivo de implantar um NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA TECNOLÓGICA E TREINAMENTO, vinculado ao então CEFET; As metas deste Centro estariam direcionadas à implantação de cursos de nível técnico e tecnológico, bem como ao desenvolvimento de Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (CFICT). Atualmente, a posse da área foi consolidada e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica está destinando recursos financeiros específicos para a melhoria e modernização da infraestrutura existente, no sentido de credenciar aquele espaço como um “*Campus Avançado*”, com orçamento próprio e um quadro efetivo de recursos humanos.
 - c) Levou-se, também, em consideração, a ampliação do universo de atuação institucional, a maior abrangência das ações educativas e a possibilidade de ampliar as áreas de formação, pela diferenciação das áreas geográficas e o grande número de pessoas que teriam maiores possibilidades de acesso ao ensino público.

O que se tinha em mente com relação ao processo de IFETIZAÇÃO, era que somente mediante a sua efetivação seria possível, para o Campus São Vicente do Sul, continuar crescendo na rede federal de educação profissional e tecnológica. A não-adesão poderia significar estagnação total. Foi então que a Direção Geral do CEFET-SVS promoveu uma série de reuniões com a comunidade escolar, expondo as viabilidades e objetivos da criação dos Institutos Federais de Educação, com a finalidade de adotar uma postura de consenso em relação ao tema.

A comunidade, após o conhecimento e análise do Decreto Nº. 6.095 e ciente de que, para ganhar espaço, ampliar a oferta de vagas e cursos, garantir créditos orçamentários e financeiros e, principalmente, ampliar o quadro de recursos humanos, não poderia a Instituição, isentar-se de atender aos princípios do Governo Federal em relação à proposta de criação dos Institutos federais.

Assim, foi elaborado o projeto de IFETIZAÇÃO, o qual consolidou o interesse institucional em fazer parte da nova realidade no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica do País.

5.5. Parâmetros e Desafios da Lei 11.892/08: Análise Crítica

A nova dinâmica sócio-econômica estadual, regional e nacional, dotada de significativas mudanças das necessidades da sociedade, que exige melhor qualidade de vida, aliando-se ao constante êxodo rural e o crescente desemprego, leva o *Campus* à obrigação de manter, melhorar e ampliar suas ações, buscando acompanhar a transformação da sociedade, atuando como um verdadeiro centro de excelência em educação profissional. Todas essas ações têm, por objetivo, ampliar oportunidades de empregos através de cursos destinados aos trabalhadores e indivíduos das comunidades locais e regionais, em todos os níveis e modalidades de ensino.

A promulgação da Lei 11.892/08 trouxe algumas inovações no âmbito da educação profissional, em todos os seus níveis e modalidades. Nesse aspecto, definiu a necessidade de adoção de ferramentas que tivessem por objetivo o monitoramento dos resultados, o acesso a indicadores que demonstrassem, principalmente, a situação entre oferta de profissionais com formação técnica, tecnológica ou licenciaturas e as demandas existentes no mundo do

trabalho. Focalizou, também, questões voltadas ao desenvolvimento regional, irmanadas às formações profissionais oferecidas pelos institutos.

A lei prevê a ampla oferta de cursos, habilitações, vagas, e para isso traz possibilidades de ampliação dos quadros de recursos humanos, de recursos de investimento. Realmente uma proposta atraente, com uma série de perspectivas inovadoras em termos de administração do ensino.

Uma questão a ser considerada em meio às muitas transformações ocorridas ao longo do trajeto como educadores deste *Campus*, é a convicção de que o ensino precisa estar integrado e, para que isso aconteça, a idéia terá que sair do papel, uma vez que dentro da matriz curricular este modelo mostra-se como o ideal para a formação profissional.

Percebe-se que em suas práticas, em seus projetos e em suas discussões, o ensino integrado é algo ainda muito distante de ser alcançado e requer uma longa caminhada. Será necessário o comprometimento de todos os segmentos do Campus São Vicente do Sul, pois vemos, na prática, raros encontros interdisciplinares e pouco estimulados. Por ações interdisciplinares, entende-se a necessidade de se estabelecer uma relação de interação entre as disciplinas, permitindo contextualizar saberes diversos em um mesmo processo de ensino.

5.6. O Campus São Vicente do Sul e sua Inserção no contexto Educacional do País

O *Campus* São Vicente do Sul, RS, anteriormente chamado de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, pertence agora ao Instituto Federal Farroupilha e orgulha-se em promover, por mais de cinco décadas, a formação técnica em todos os níveis do conhecimento, aos jovens e adultos que nele ingressarem.

Realiza processo seletivo com a proposta de oportunizar o ensino profissionalizante aos interessados de todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul, bem como de outros estados do País. Oferta em sua estrutura física, moradia estudantil para alunos de ambos os sexos, lavanderia, alimentação e assistência geral na área de saúde aos que deixam sua cidade e suas famílias e deslocam-se para a fronteira oeste do Estado em busca de uma formação.

Por possuir a característica de receber estudantes oriundos de aproximadamente 90 municípios do País, o *Campus* São Vicente do Sul conta com uma diversidade cultural de jovens e adultos que, em contato com uma nova realidade, coloca em questão todos os paradigmas sociais, psicológicos e étnicos a que estavam vinculados até sua chegada ao novo ambiente escolar. Dentre estes, estão jovens vindos de pequenos centros urbanos e uma grande parcela advinda do meio rural, com características marcantes, pois exercem atividades diferentes, ou seja, uns ligados à área da cultura de grãos, outros à pecuária (Região da Campanha) e outros, ainda, às pequenas agroindústrias.

Os alunos “fronteiriços³”, por residirem em espaços próximos aos países vizinhos ao MERCOSUL (Argentina e Uruguai), transformam o *Campus* São Vicente do Sul em um verdadeiro laboratório humano, onde se processa uma ampla diversidade cultural, social e econômica.

Apesar das muitas dificuldades encontradas e superadas, a instituição atende, hoje, a uma demanda aproximada de 1.500 alunos, onde uma grande parcela está focada na formação profissional da área de Agropecuária, através dos cursos técnicos de nível médio.

No entanto, oferece também outros cursos, quais sejam:

- Curso de Especialização em Educação – PROEJA
- Curso de Especialização em Gestão Pública
- Curso de Especialização em Ciências Agrárias

³ O termo “fronteiriços” é uma referência aos alunos provenientes da região de campanha do Estado do Rio Grande do Sul.

- Programa Especial de Formação Pedagógica
- Licenciatura em Biologia
- Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem
- Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
- Técnico Agrícola com habilitação em Agricultura
- Técnico Agrícola com habilitação em Zootecnia
- Técnico em Agropecuária - Integrado
- Técnico em Informática
- Técnico em Alimentos
- Técnico em Secretariado
- Proeja – Habilitações em Informática e em Vendas

O *Campus* São Vicente do Sul localiza-se na região centro oeste do Estado do Rio Grande do sul, pertencente à mesorregião chamada Vale do Jaguari, o qual divide seu papel com os *campi* de Alegrete, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Augusto e São Borja.

Possui uma área de 440 (quatrocentos e quarenta) hectares, distribuídos em três ambientes distintos: Sede, Fazenda e Núcleo Tecnológico e exerce importante papel na formação técnica em diferentes áreas para o Estado e País, pois de suas salas de aula já saíram diversos líderes comunitários, empresários, parlamentares, prefeitos e representantes políticos de expressão. Contudo, sua primordial tarefa é oportunizar todos jovens e adultos dos diferentes locais, a chance de uma formação técnica que lhes permita a sobrevivência em meio às incertezas e desafios que a vida reserva.

Anualmente, em torno de dois mil jovens e adultos realizam inscrição para os processos seletivos que garantem um lugar nas cadeiras da instituição, a qual tem capacidade para absorver aproximadamente 75% dessa demanda.

Para atender aos alunos do interior do Estado, oferece o sistema de moradia estudantil para 280 alunos do sexo masculino e feminino que são classificados de acordo a situação sócio-econômica. Além destes, o *Campus* possui uma grande parcela de jovens que se alojam junto a parentes ou em repúblicas localizadas no seu entorno. Essas acomodações, porém, deixam muito a desejar, oferecendo riscos nos aspectos da segurança, alimentação e higiene básica. Outra modalidade de ensino que atrai os estudantes são os cursos de turno único, para os quais se deslocam de carro ou ônibus de cidades próximas ao *Campus* e após seus estudos retornam às suas casas.

O *Campus* carregou, por muitos anos, a identidade de uma instituição de caráter correcional, onde os pais traziam seus filhos “problemáticos” para serem “corrigidos” pela escola. Essa característica era reforçada pelo sistema de internato e pela concepção de que o trabalho no campo era mais uma punição do que um aprendizado. Há relatos de servidores mais antigos, inclusive com registro nos meios de comunicação local, de situações em que o aluno indisciplinado era obrigado a pagar severas punições por seus atos, através de atividades práticas tais como: arrancar “toco” de árvore, abrir valas, capinar espinhos em campos e banhados e outras atividades de questionada função educativa.

Hoje, com uma nova nomenclatura (moradia estudantil) essa identidade já não é tão presente, mas ainda está viva na mente de alguns. Atuando por vários anos como responsável pelo DAE (Departamento de Assistência ao Educando), convivemos com várias situações inusitadas, como quando fomos procurados por uma mãe que queria saber como deveria proceder para “internar” sua filha na escola, pois a mesma estava dando muito trabalho em casa e precisava de uma instituição que “desse um jeito na sua vida”. Muitas vezes, somos pressionados por familiares de alunos para conseguir uma vaga na moradia estudantil, pois estes têm dificuldades de “administrar” a vida dos mesmos em suas casas. Constantemente os

pedidos são para abrigar alunos vindos do meio rural, filhos de agricultores que passam por situações financeiras difícil.

Essas e muitas outras experiências vivenciadas permitiram que tivéssemos a noção do significado que a Instituição tem para a sociedade bem como a responsabilidade em abrigar seus alunos na adversidade do cotidiano.

Comemorados 55 anos de história de formação profissional, voltada a atender o setor primário, o *Campus* é referência na mente de muitos pais e jovens estudantes do interior do Rio Grande do Sul e também dos centros urbanos maiores. Passando nos dias atuais por uma frenética metamorfose, procura desvincular-se de um passado recente de caráter correccional, para ser visto como um espaço de formação de cidadãos e profissionais aptos a enfrentar os desafios que o mundo do trabalho apresenta.

Entretanto, muito nos aguarda, pois novos desafios se consolidam, entre eles o fato de o *Campus* estar localizado próximo à zona urbana da cidade, o que faz com que se envolva de uma forma bastante direta com problemas sociais, como violência, criminalidade, vícios, prostituição, etc. Convive-se também com o fato em que muitos estudantes oriundos do meio rural encantam-se com a vida urbana, esquecem seus propósitos iniciais e acabam abandonando seus sonhos e a esperança de uma vida melhor para sua família, que ficou no interior.

Muitos desses jovens desprezam por completo o aprendizado agrícola recebido, aderem à atividade informal ou buscam lugares como empregados em pequenos estabelecimentos, com atividade totalmente desvinculada de sua formação técnica. Outros procuram a instituição pela referência de ensino público de qualidade, o que lhes permitirá maiores chances num processo de acesso a uma Universidade Pública, os quais acabam não retornando mais ao seu meio.

De outro modo, temos ouvido relatos de que há muitos alunos egressos atuantes em seus municípios, grande parte destes envolvidos em programas de fomento a atividade agrícola local ou atuando como agentes de capacitação da mão-de-obra, representantes do desenvolvimento agropecuário em todas as regiões.

Bem ou mal, nesses 55 anos de lutas, a instituição vem formando profissionais que constroem e transformam a história agrícola no Rio Grande do Sul. Entretanto, surge um inevitável questionamento: O *Campus* São Vicente do Sul vem realmente atendendo às necessidades de uma formação profissional comprometida com as necessidades de demanda regional ou se limita ao atendimento de ideologias pré-existentes no contexto educacional brasileiro? No âmbito das políticas governamentais para o ensino agrícola, edificadas através da criação dos institutos federais, percebe-se atenção especial no sentido de responder essa dúvida, pela proposição de uma educação baseada em estudos e demandas regionais que definem as formações profissionais a serem oferecidas às comunidades.

Assim como foram editados os Decretos 2.208/97 e 5.154/2004, tivemos também as reformas trazidas pelas Leis 5.692/71 e 9.394/96, o que leva a crer que ainda surgirão novas leis e novos decretos, com finalidades e prerrogativas similares, fazendo com que a história do *Campus* São Vicente do Sul seja constantemente construída.

Acreditamos que é possível, sim, capacitarmos cidadãos plenos em nossas instituições de formação profissional. Indivíduos com a capacidade de ressignificar sua origem, valorizando seu habitat, construindo uma condição de dignidade e sustentabilidade, sem ter que se deslocar para as metrópoles em busca de oportunidades ainda desconhecidas.

Por fim, é preciso acreditar que a educação profissional pode corrigir as distorções do passado e ser uma grande colaboradora para a formação de uma sociedade mais igualitária, constituindo-se como mais uma porta de inclusão a todos que ali ingressarem em busca de uma vida digna.

5.7. Concepções de Currículo

O processo de construção curricular do Instituto Federal Farroupilha considera os objetivos da Educação Profissional de nível médio, superior e em outros níveis de ensino que venham a ser propostos. É importante refletir e assumir esta prática educativa, a qual passa pela condição formativa dos sujeitos. Para constituir um currículo legítimo, concebido para além da dimensão simplista de programas e conteúdos, é necessária a clareza das concepções de *homem, sociedade e educação*.

A proposta curricular é entendida pelo Instituto como um movimento dinâmico e de responsabilidade coletiva, que envolve a tomada de decisão – articulação – interação entre sujeitos, saberes e práticas no planejamento dos fazeres educativos da instituição. Entendemos que sua legitimidade se faz pela construção participativa, ao significar e ressignificar as práticas institucionais cotidianas e as concepções e práticas do Instituto em fase de implantação.

É sob este cenário abrangente que o *Campus* se constitui, amparado por uma proposta pedagógica singular, única, que contempla uma estrutura curricular flexível, dialógica/dialogada, interdisciplinar, contextualizada com a realidade produtiva, capaz de articular e agregar saberes e fazeres do trabalho à formação acadêmica. Trata-se, portanto, de uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

A integração curricular é um objetivo a ser alcançado. Para atingi-lo é necessária a interlocução entre os conhecimentos oriundos dos diferentes componentes curriculares, atuando como instrumentalizadora dos sujeitos aprendentes. Para isso, é fundamental perceber as relações existentes entre o saber sistematizado e a prática social vivenciada nas diferentes esferas da vida coletiva. Neste aspecto, trabalha-se com a integração, não só entre disciplinas, mas também entre dois tipos de formação que permeará todos os cursos do Instituto Federal Farroupilha: a formação geral e a formação para o mundo do trabalho.

O Documento Base da Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio estabelece a interdisciplinaridade como princípio organizador do currículo e como método de ensino e de aprendizagem, pois os conceitos de diversas disciplinas seriam relacionados à luz das questões concretas que se pretende compreender. O exercício profissional do Técnico exigiria dele conhecimentos e habilidades próprias da profissão, ou seja, os conhecimentos específicos. No entanto, sua formação será mais efetiva se tiver por base a compreensão global da realidade e não somente o recorte da área e da atividade profissional.

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997 - V. 1, P. 34-35), embora adotem um procedimento de recomendação e não de imposição, não se isentam da discussão sobre o tema:

“[...] não basta visar à capacitação dos estudantes para futuras habilitações em termos das especializações tradicionais, mas antes se trata de ter em vista a formação dos estudantes em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos. Essas novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidade de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, “aprender a aprender”.

Dessa forma, analisando-se os PCNs, encontramos várias abordagens à questão da integração das disciplinas, compreendidas sobre o aspecto da interdisciplinaridade, porém é necessário o entendimento de que a modalidade de ensino integrada, ou melhor, a integração das disciplinas de uma matriz curricular não deve ser apenas uma meta a ser atingida no meio

educacional, por força de uma legislação vigente. Ao contrário, essa integração pressupõe, na verdade, uma articulação voluntária e coordenada das ações disciplinares orientadas por um interesse comum, onde o objetivo maior é uma formação dinâmica, que possa aliar o conhecimento técnico ao saber de mundo.

6. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

6.1. Linha Metodológica

Os documentos escritos, assim como os dados estatísticos, são fontes que podem fornecer informações valiosas nas atividades de pesquisa. São vários os tipos de documentos que podem constituir a base da observação documental e, por isso, na primeira fase do trabalho foram analisados os planos de curso e a proposta pedagógica da instituição em relação à formação de nível técnico para a área pretendida.

Além da análise documental, foi construído e aplicado um questionário (ANEXO A, pág. 56), contendo indagações inerentes às origens e às expectativas de trajetória dos alunos do curso técnico de nível médio das turmas concluintes no ano letivo 2009 do *Campus São Vicente do Sul* do Instituto Federal Farroupilha, RS.

Pelas respostas registradas no questionário, tornou-se possível a análise dos aspectos acima elencados, pois permitiu identificá-los com clareza e situar o contexto educacional agrícola, bem como a atuação profissional que o estudante almeja após a sua formação.

A pesquisa de cunho qualitativo, segundo ANDRÉ (1995, p. 17), “é aquela que não envolve manipulação de variáveis”, ou seja, “o estudo do fenômeno em seu acontecer natural, que leva em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”. Está amparada em referencial teórico e, através da aplicação de questionário semiestruturado, expõe, de forma concreta, os níveis de interação do aluno com o contexto das atividades realizadas no processo de aprendizagem técnica e, ainda, as suas expectativas em relação aos estudos na área

6.2. Definição do Contexto da Pesquisa

A unidade de análise será o Instituto Federal Farroupilha - *Campus São Vicente do Sul*, localizado na Região Centro-Oeste do Rio Grande do Sul, na micro-região Vale do Jaguari. Essa se encontra no entorno do Instituto, de onde provém a maior parte dos alunos que frequentam os cursos oferecidos. A região é conhecida pela vocação essencialmente agropecuária, marcada pela existência de pequenas e médias propriedades rurais, as quais atendem as características da investigação pretendida.

A missão construída para o Instituto e seus *campi* é a de promover a educação profissional e tecnológica de excelência através do Ensino, Pesquisa e Extensão, com foco no desenvolvimento humano, visando à formação do cidadão crítico, autônomo e empreendedor, comprometido com o desenvolvimento sustentável em âmbito social, científico e tecnológico do País. Sua visão é ser referência educacional nas áreas científica e tecnológica, como instituição propulsora do desenvolvimento regional.

Os valores estabelecidos foram definidos com base em princípios de desenvolvimento ético e social, qualidade e inovação e, ainda, humanização. Sob o aspecto do desenvolvimento ético e social, deverá gerar e manter o comportamento ético nas ações e relações interpessoais, formando o cidadão integrado no contexto social, realizando ações interativas para o desenvolvimento tecnológico, no sentido de promover uma fusão dos valores éticos, humanos, sociais e tecnológicos.

Analisando a missão e valores estabelecidos, percebe-se uma consonância teórica entre os interesses da sociedade, do mercado, dos estudantes que buscam a oportunidade de formação e dos roteiros de desenvolvimento regional.

Além disso, outro parâmetro observado na criação dos Institutos Federais, foram as mesorregiões⁴ socioeconômicas de cada estado, cuja integração de instituições levou em conta as identidades, peculiaridades e interações, para facilitar o desenvolvimento local e regional, sob a perspectiva da sustentabilidade aliadas às demandas regionais. Com foco voltado para a promoção do desenvolvimento regional sustentável, com vistas a promover a inclusão social e viabilizar soluções técnicas e geração de tecnologias, os institutos têm a missão de responder às crescentes demandas por formação profissional de níveis técnico e tecnológico, pela difusão de conhecimentos científicos, bem como dar suporte aos arranjos produtivos locais.

Pela definição de suas características e objetivos, segundo SILVA et al (2009), a educação é entendida como:

[...] instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da existência humana. É nesse sentido que deve ser pensada segundo as exigências do mundo atual, concorrendo para alterar positivamente a realidade brasileira. Os institutos federais devem possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências, conjugando-os com àqueles presentes nos currículos formais. (p. 11)

Assim, com base nas referências de constituição do *Campus*, a definição do ambiente de pesquisa considerou o fato de o pesquisador atuar profissionalmente na instituição, possuir vivências na formação técnica, como aluno da rede, e também no meio rural, pela condição de filho de agricultores. Estes fatores oportunizaram a observação de várias transformações ocorridas, num passado recente, que modificaram o perfil dos alunos da Instituição.

6.3. Informantes

Considerando os objetivos propostos pela pesquisa, para sua efetivação delimitou-se o universo de informantes, de acordo com os seguintes critérios: alunos regularmente matriculados, concluintes das terceiras séries do Curso Técnico de Nível Médio nas habilitações de Agricultura e Zootecnia do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS, o que, teoricamente, os coloca em uma condição mais próxima da realidade que se pretende investigar.

Os questionários foram aplicados no mês de novembro de 2009, e as respostas foram obtidas no mesmo período, de acordo com os números abaixo registrados:

- Alunos da habilitação em Agricultura: 22;
- Alunos da habilitação em Zootecnia: 16.

O contato inicial deu-se mediante anuência da Diretoria de Ensino do *Campus*, o qual providenciou o levantamento das turmas que se enquadravam nos requisitos pretendidos, bem como no agendamento prévio para sua execução. Após, houve a intervenção do autor da pesquisa convidando os alunos a contribuir de forma voluntária, atingindo, então, um total de 38 (trinta e oito) alunos regularmente matriculados que responderam aos questionamentos propostos, ou seja, a totalidade do grupo visado.

6.4. Coleta dos Dados

Quando da aplicação dos questionários aos alunos da terceira série, o ambiente escolar, em especial a sala de aula, foi considerado o local mais adequado. O questionário

⁴ Mesorregião é entendida como uma subdivisão de cada estado brasileiro, a qual congrega vários municípios de uma mesma área territorial, com similaridades econômicas e sociais (Definição IBGE - 1976).

semiestruturado foi composto por perguntas abertas e fechadas, com foco nas perspectivas destes após a conclusão do Curso Técnico de Nível Médio frequentado.

Para minorar os efeitos que a interferência causada pela presença do pesquisador ou de outras pessoas poderia originar, optou-se pela coleta de dados por turmas e turnos diferentes, ou seja, cada turma foi abordada em um dia específico, momento em que, após a devida orientação, receberam os questionários, permanecendo à vontade e sem limite de tempo para sua conclusão.

As questões contemplaram situações de respostas abertas e fechadas, permitindo que, além da tabulação/análise de dados, resultasse no trabalho de elaboração de um diagnóstico sobre as pretensões dos alunos concluintes e suas possíveis formas de trabalhá-las no ensino agrícola.

A primeira questão foi elaborada contendo cinco (5) alternativas com respostas fechadas dispostas no instrumento, escolhidas de forma que tornasse possível ter-se uma visão clara sobre a origem dos alunos que procuram os cursos técnicos de nível médio.

A segunda questão, também contendo cinco (5) alternativas, objetivou conhecer de quem partiu a iniciativa no sentido de que esses alunos escolhessem estudar em uma instituição de ensino técnico.

O terceiro questionamento, considerado pelo autor como a “questão chave” da entrevista com os alunos, teve a finalidade exclusiva de conhecer quais eram suas expectativas na tomada de decisão de deixarem seus lares e optarem pela formação técnica de nível médio. Esta questão foi aberta, a qual possibilitou aos alunos expressarem suas intenções, as quais foram consideradas de grande importância para os resultados da pesquisa.

A quarta questão buscou identificar, através das respostas dos informantes, se o curso que frequentaram atendeu as suas expectativas. Os alunos tiveram como opção responder inicialmente as alternativas fechadas “sim” “em partes” e “não”. Posteriormente, de forma aberta, possibilitou responderem “quais atenderam e quais não atenderam”.

A quinta investigação formulada foi igualmente considerada das mais relevantes, pois contribuiu com dados definitivos para o estudo. Foram elaboradas cinco (5) alternativas com respostas fechadas, bem como um espaço aberto, o qual possibilitou a inclusão de outra situação não contemplada nas demais, com a intenção de averiguar se existia a possibilidade de concomitância das opções ofertadas. Em sentido geral, seu objetivo foi de verificar as perspectivas de trajetória dos informantes, ou seja, quais os caminhos pretendidos após a conclusão da formação técnica de nível médio.

As questões sexta e sétima foram abertas e ofereceram a possibilidade de manifestação pessoal dos informantes, relativas às contribuições mais importantes ofertadas pelo curso, bem como sua relevância para o contexto da região. Com isso, pretendeu-se averiguar as representações dos mesmos quanto à importância do processo de formação em que estão inseridos, bem como o significado que esta poderá exercer para a região.

O questionamento de número oito também foi elaborado de forma aberta, o qual pretendeu identificar quais seriam os motivos que impossibilitaram ou desmotivaram o retorno ao seu meio a fim de aplicarem seus conhecimentos. Os resultados dessa questão ajudaram a elucidar o tema que há muito tempo era observado no cotidiano da instituição.

Finalmente as questões de número nove e dez deram aos informantes a opção de responder duas alternativas fechadas “sim” e “não” e, posteriormente, de forma aberta, o “por quê?”. Ambas as questões procuraram colher dados relativos à possibilidade da escolha do curso novamente, bem como o que fariam de diferente se a resposta fosse positiva.

A análise documental foi efetivada por meio do acesso à matriz curricular dos cursos técnicos de nível médio e suas ementas correspondentes, sendo, ainda, analisado o PPI (Plano Pedagógico Institucional), para conhecimento e análise das prerrogativas que regem a oferta e desenvolvimento dos cursos técnicos na área da Agropecuária.

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

7.1. Observação Documental

Este trabalho é resultado de um processo de reflexão acerca das experiências do pesquisador, compartilhadas com colegas de trabalho, enquanto servidores da instituição de ensino que configurou o ambiente de pesquisa, e observadas no cotidiano, ao longo dos anos dedicados às causas da agricultura da região.

Através da observação documental, observa-se que a carga horária total, incluído o período de estágio, destinada à formação técnica de nível médio na área de Agropecuária corresponde a 4.660 horas, distribuídas nos três anos de duração do curso técnico em questão.

Nos Planos de Curso estão definidos os objetivos do Ensino Técnico de Nível Médio, no âmbito do *Campus* São Vicente do Sul, que são os seguintes:

- Desenvolver, prioritariamente, o Ensino Médio na modalidade do Currículo Integrado;
- Contribuir para o aumento dos índices de escolarização média na região de atuação;
- Ofertar ensino médio na modalidade subsequente, na medida em que se fizer necessário, para responder a demandas regionais;
- Formar cidadão para o trabalho, visando à sua inserção nos diferentes segmentos socioeconômicos.

Considera-se que o Plano Político Institucional vigente foi construído recentemente, resultado da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (2009) e, conseqüentemente, do *Campus* São Vicente do Sul.

Com base na missão, visão e valores estabelecidos, a Instituição se propõe a uma constante busca pela formação de indivíduos capazes de transformar o meio onde vivem de uma forma sustentável, crítica e ética, onde a educação é um espaço para criação de uma consciência social compromissada com o desenvolvimento regional.

Assim, o papel do professor deve ser o de formador de cidadãos comprometidos com a realidade social. Para isso, na sua ação pedagógica, deve saber ouvir e dialogar, buscando valorizar as experiências e saberes prévios dos alunos, com vistas ao aperfeiçoamento e construção de novos conhecimentos. E os alunos, nessa mesma perspectiva, devem conceber a instituição como espaço de inclusão aos diferentes meios de atuação pessoal e profissional.

7.2. Análise dos Questionários

A análise dos dados compreende a organização das respostas. Em relação às questões fechadas, estas estão configuradas sob forma de figuras/tabelas, elaboradas com o auxílio do programa Microsoft Excel, onde constam as suas variáveis, para lançamento dos quantitativos de cada resposta e definição dos percentuais. Quanto às questões abertas, as respostas das mesmas foram elencadas em tabelas, ordenadas de acordo com a similaridade do conteúdo.

Estes procedimentos permitiram a construção de uma visão bastante sólida e significativa sobre a trajetória dos alunos dos Cursos Técnicos de nível médio na área de Agropecuária do *Campus* São Vicente do Sul, em relação aos quesitos pré-definidos, sendo possível verificar as situações e condições descritas neste documento.

A seguir, coloca-se em evidência a pesquisa de campo, com a colaboração de 38 (trinta e oito) alunos, concluintes das três turmas de terceira série, em 2009, na Instituição. Neste trabalho de pesquisa registraram-se informações que contribuíram para a formação de um parecer sobre as intenções dos jovens com a formação técnica de nível médio no *Campus*,

o qual é espaço educacional atuante na sociedade e que busca o desenvolvimento de vários cenários, principalmente o agropecuário da Região Sul do País.

Dados de Identificação:

- **A idade**

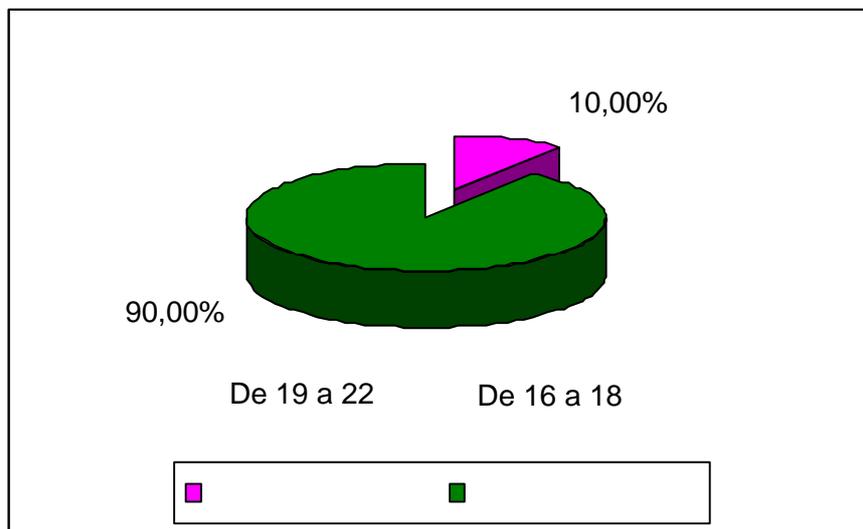


Figura 1 – Frequência relativa por intervalos de idade dos alunos entrevistados

Iniciando a exposição dos resultados sobre a pesquisa de campo empreendida, foi possível verificar que do total dos 38 respondentes, 90% possui idade entre 16 e 18 anos e apenas 10% entre 19 e 22 anos, ou seja, isso representa um perfil bastante jovem na profissão de técnico agrícola para o mundo do trabalho.

A exigência de experiência profissional é uma das barreiras com que se deparam os jovens recém-formados, pois muitas empresas não entendem o período de estágio curricular cumprido como comprovação de atividade profissional. Assim, a conquista do primeiro emprego para recém-formados constitui-se em um grande desafio a ser superado, pois a experiência é entendida de fundamental relevância para conseguir uma oportunidade.

Existem, ainda, outras dificuldades expressivas para o ingresso no mercado por alunos que concluem a formação técnica ainda muito jovens, aos dezesseis anos em média. Por exemplo, muitas vezes um dos pré-requisitos para o trabalho como técnico agrícola é ser portador de CNH (Carteira Nacional de Habilitação) e aos dezesseis anos não existe essa possibilidade. O registro profissional nos conselhos competentes aparece também como fator limitante, que não impede, mas muitas vezes, pelo atraso no atendimento das condições burocráticas de sua efetivação, faz com que os jovens percam oportunidades de emprego. Também a pressão familiar em relação à busca de uma colocação no mercado surge como fator dificultante para o jovem, que se vê impelido à busca dessa colocação, porém ainda é inseguro a respeito de suas condições de competitividade.

- **O gênero**

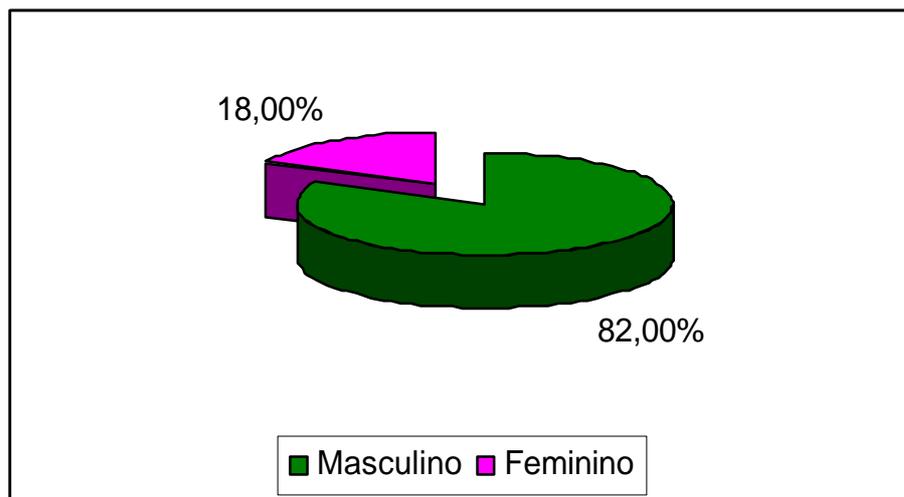


Figura 2 – Frequência relativa por gênero

A formação técnica agrícola ainda retrata um paradigma difícil de ser rompido, ou seja, a atividade de Técnico Agrícola seria uma prerrogativa masculina.

Em relação à frequência por *gênero*, na soma total de alunos matriculados em ambas as habilitações, o contingente feminino apresentava-se bem inferior, em torno de 18% contra 82% de ingresso masculino, conforme dados fornecidos pelo Setor de Registros Escolares (2008) do *Campus*.

Atualmente, com a inclusão de novos cursos e o aproveitamento dos turnos noturnos, percebeu-se uma crescente procura pelo sexo feminino. No entanto, essas adesões não incidiram nos cursos técnicos de nível médio, visto que a média de meninas observada nos questionários ainda é muito baixa.

ABRAMO (2002, pág. 33) diz que “a incorporação feminina ao mercado de trabalho vem sendo uma tendência lenta e de longo prazo, marcada por contrastes, avanços e retrocessos, sem que se tenha produzido uma verdadeira ruptura com os processos e estruturas que geram as desigualdades de gênero”. Afirma, ainda, que atualmente o mercado já reconhece a força de trabalho feminina, mas ainda persiste a desigualdade salarial.

Neste mesmo pensamento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) coloca que, em 2004, o Brasil era composto por 48,7% de homens e 51,3% de mulheres. Em relação ao mercado de trabalho, a participação feminina vem crescendo de maneira contínua desde a década de 70, apesar disso, as mulheres encontram mais dificuldades para ocupar postos de trabalho, sejam eles formais ou informais. Por isso, é importante considerar os registros da pesquisa, quando os homens recebiam (em média) R\$692,00 ao mês, as mulheres recebiam apenas R\$440,50, o que equivale a cerca de 2/3 do salário masculino (IPEA, 2005).

Dos alunos que responderam ao questionário, representada na figura 2, demonstra uma maioria quase absoluta do sexo masculino, atingindo 82%, e uma minoria de 18% do sexo feminino. Isso traduz uma preferência significativamente maior dos homens pela profissão de Técnico Agrícola, reafirmando que o ensino agrícola ainda segue uma cultura conservadora e masculina quanto ao fazer no campo.

Contudo, o contexto histórico assinala que a mão-de-obra feminina tem grande importância, principalmente nas pequenas propriedades do Sul do Brasil. Porém, a dimensão de sua participação nas atividades agrícolas não tem crescido na mesma proporção que em outras áreas. Esse mesmo contexto demonstra que a clientela do ensino técnico de nível médio do *Campus* São Vicente do Sul vem sendo predominantemente masculina, fato que alguns autores entendem ser uma característica encontrada nas escolas brasileiras voltadas para o ensino técnico, agrícola ou industrial.

Essa característica é justificada, às vezes, pelo regime de internato vigente nesses estabelecimentos, cuja ótica da administração está focada para o fato de que ficaria muito difícil e mais onerosa a admissão de mulheres neste regime.

Por outro lado, é sabido que a procura por este tipo de ensino profissionalizante não é uma prerrogativa da população masculina, ainda que na questão de gênero haja este predomínio. O próprio mercado de trabalho compactua com esta situação, pois oferece maior demanda para a mão-de-obra masculina na área.

Por estar difundido na cultura local que “a agropecuária é serviço pra homem”, por ser uma atividade que demanda grande esforço físico para a realização dos serviços que a caracterizam, criou-se, desde a origem dos Colégios Agrícolas, uma identificação destes com o público masculino, fazendo com que o *Campus* atendesse inicialmente apenas alunos homens em seus cursos agropecuários.

Contudo, gradativamente, as mulheres começaram a romper as barreiras que as afastavam dos Colégios Agrícolas e passaram a aumentar sua participação em um universo ainda predominantemente masculino.

· **Questão n° 1 - Sua origem é:**

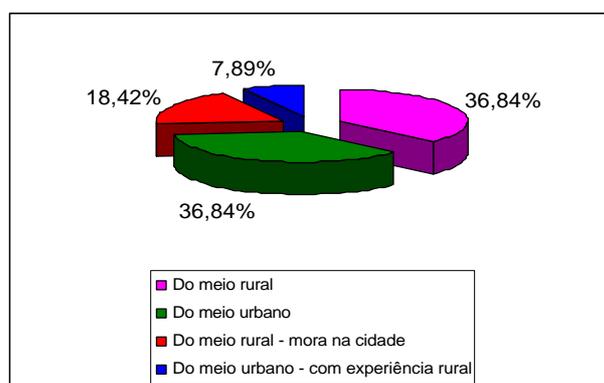


Figura 3 – Origem dos alunos matriculados nos cursos técnicos de nível médio.

Em relação à *origem* dos alunos, observa-se na figura 3, que existe um equilíbrio entre os que residem no meio rural e urbano com percentuais de 36,84% para cada lado. O restante registra que 18,42% residem nas cidades e possuem algumas experiências nas lidas agropecuárias e 7,89% são da atividade rural, porém moram nas cidades.

Essa relação, porém, nem sempre foi assim. Num passado recente era possível encontrar turmas com quase sua totalidade advinda do meio rural. Pelos levantamentos realizados junto aos alunos no ato de sua matrícula, conclui-se que essa nova tendência é caracterizada pela centralização do ensino rural em áreas urbanas, pela saída dos jovens do meio rural em busca de emprego nas cidades, bem como oferta de novos cursos no Campus com características urbanas como: Informática, Secretariado, Técnico em Vendas, Gestão Pública dentre outros, conforme dados fornecidos pelo Setor de Registros Escolares (SRE) do CAMPUS SVS/RS /2008.

Tendo os alunos, na maioria dos casos, nascido e vivido no campo, trazem a marca e as características culturais do setor agropecuário em sua valorização e apego a terra. Porém, a vida na cidade configura-se como um apelo muito grande para a ascensão social.

· **Questão n° 2: A iniciativa de buscar um curso técnico foi:**

Sobre a iniciativa das saídas de casa para buscar um curso técnico, 60,52% dos alunos responderam que a decisão foi tomada com participação das suas famílias, 26,31%

assinalaram que suas iniciativas não tiveram a influência de seus familiares e apenas 13,15% foram motivados por terceiros.

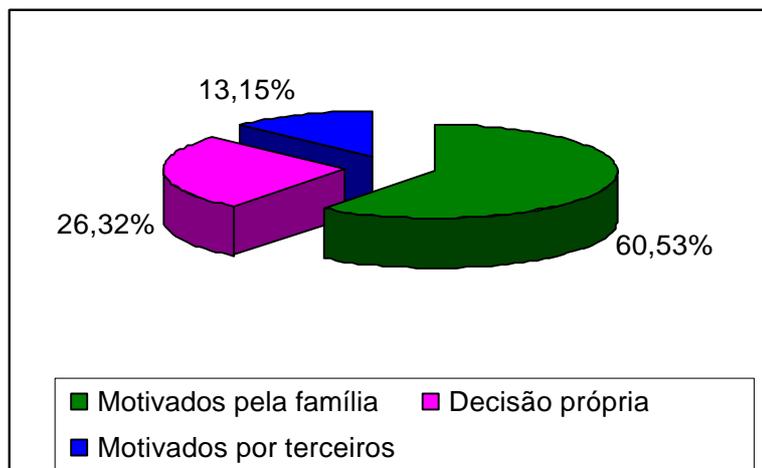


Figura 4 - Iniciativa em buscar o curso

Diante da grande procura pelos cursos que o *Campus* oferece, procurou-se investigar quais seriam as razões que levariam esses jovens a buscarem o curso Técnico na área da Agropecuária.

Como se pode observar pelos dados do gráfico anterior, a decisão de sair de casa para buscar um curso profissionalizante, para uma grande parcela de informantes, é motivada pela família, demonstrando, assim, seu envolvimento e sua participação na formação integral dos alunos.

A inserção do Técnico em Agropecuária no mercado de trabalho em grande parte se dá através da instituição de ensino, visto que a mesma se mantém integrada ao setor produtivo, a qual repassa conhecimentos, tecnologias e assessoria técnica aos produtores rurais. Em troca, estes lhes disponibilizam espaços para as atividades de campo, para os estágios e para futuras contratações.

É uma situação comum o êxodo da juventude rural nas últimas décadas, porém, considerando-se a educação como prática social e histórica, especialmente a educação técnica, é uma necessidade atentar para a formação desses jovens rurais, de forma a estabelecer uma situação de comprometimento com a construção de uma sociedade sustentável.

Na verdade, a sobrevivência das unidades de produção familiar relaciona-se intrinsecamente com a fixação da juventude no campo, considerando-se que os filhos seriam, a princípio, os responsáveis pela continuidade das atividades agropecuárias da família.

Este é um fator que leva à reflexão sobre a relação teoria e prática, educação e trabalho e, ao mesmo tempo, resgata o significado que tem o trabalho nas condições de vida dos jovens do meio rural.

ABRAMOVAY (1998) reconhece que o nível de educação formal necessário hoje, para o exercício da profissão agrícola, é superior ao de alguns anos atrás, porém ainda é baixa a conscientização dos agricultores sobre a necessidade desta para a administração da unidade produtiva.

· **Questão n° 3 – Expectativas ao buscar um curso técnico**

Um questionamento importante para a pesquisa trata das expectativas dos alunos ao optarem pela formação técnica de nível médio. O conjunto de respostas a essa questão possibilitou o agrupamento em cinco categorias, a seguir enumeradas e dimensionadas:

Tabela 1. Expectativas dos alunos em relação à formação técnica

EXPECTATIVAS	% RESPOSTAS
1 - Realizar uma formação rápida e ir para o mercado de trabalho	50,00
2 - Realizar o ensino médio de qualidade	18,42
3 - Adquirir conhecimento na área.	13,16
4 - Buscar novas tecnologias para aplicar nas propriedades	10,52
5 - Saída de casa e seguir estudos	7,90

Percebe-se, pelos quantitativos de respostas registradas pelos informantes quanto às expectativas dos alunos em relação à formação técnica, que a maioria dos interesses volta-se para o curto tempo de formação (profissionalização) e consequente ingresso no mercado, seguido pela aquisição de conhecimentos tecnológicos para serem aplicados nas em suas propriedades.

É visível o desequilíbrio em relação aos interesses, que variam entre as perspectivas de ingresso no mercado de trabalho (50,00%) e retorno às propriedades (10,52%), o que evidencia as intenções dos alunos de não retornarem às propriedades para aplicarem os conhecimentos adquiridos durante o período de formação em atividades empreendedoras.

Por outro lado, os fins e objetivos que permeiam a oferta de cursos técnicos na área de Agropecuária voltam-se justamente para a criação de condições, aos filhos dos agricultores, para continuar atuando no setor primário da economia, através da ampliação de conhecimentos técnicos que possam ser revertidos no desenvolvimento das unidades produtivas familiares.

Ainda, após a formação, muitos alunos procuram ingressar em cursos de graduação, dando seguimento aos estudos, tendo por base a educação técnica recebida na modalidade integrada, onde o ensino médio é concebido como de melhor qualidade em relação a outras instituições.

Questão nº 4 – O curso atendeu suas expectativas?

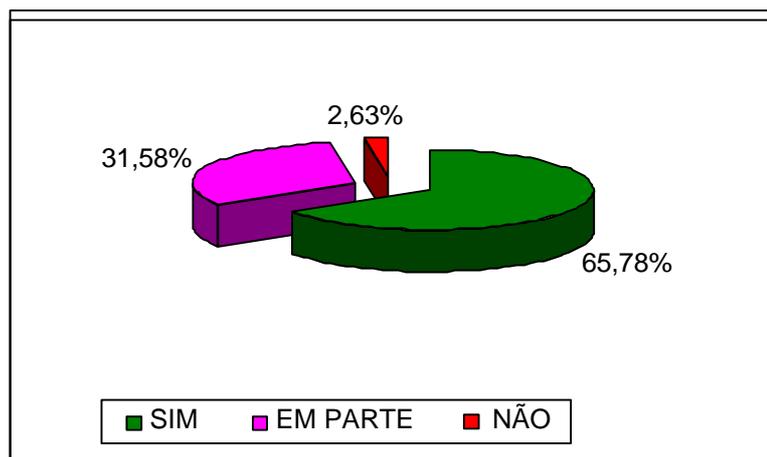


Figura 5 - Atendimento das expectativas do curso

Em relação às expectativas quanto à sua formação profissional, muitos alunos responderam que a mesma serve de base para os cursos de graduação que pretendem realizar posteriormente, bem como propicia maior vivência com a realidade do campo. Essa opção, apontada por uma grande parcela de entrevistados, demonstra, mais uma vez, que o curso configura um degrau para outros caminhos a percorrer que não o retorno às suas propriedades, onde poderiam ser aplicados os conhecimentos construídos.

A figura 5 demonstra o grau de satisfação dos alunos, onde 65,78% acreditam que o curso realizado no CAMPUS SVS/RS atendeu, em parte, às suas expectativas. Outros 31,58% tiveram suas expectativas plenamente atendidas e 2,63%, ou seja, apenas um (1) aluno disse não estar satisfeito com o curso.

É considerável o número de manifestações positivas em relação ao atendimento das expectativas, porém é preocupante o percentual de 31,58% de respostas que manifestam dúvida ou parcialidade. Esse fato demonstra que ainda existem lacunas a serem preenchidas, seja quanto à clareza dos objetivos da formação, constantes nos planos de curso e respectivas ementas, ou na divulgação das oportunidades da formação e perfil profissional traçado. Mediante o conhecimento dessas prerrogativas, ao ingressar no curso o aluno terá, em mente, as competências e habilidades que serão trabalhadas no período de estudos.

Tabela 2. Expectativas atendidas e não atendidas

ATENDEU	% RESPOSTAS
1 – Qualidade do ensino	26,32
2 – Maturidade para o mercado de trabalho	26,32
3 – Qualidade do quadro docente	18,42
4 – Aquisição de novos conhecimentos	15,78
5 – Estrutura física e material	13,16
NÃO ATENDEU	% RESPOSTAS
1 – Muita teoria e pouca prática	31,57
2 – Insegurança para o mercado de trabalho	26,32
3 – Faltou maior cobrança dos professores	18,42
4 – Oportunidades de se expor em público	13,16
5 – Falta de tecnologias para grandes propriedades	10,53

Em uma comparação de fatores atendidos e não atendidos, segundo informações dos pesquisados, o que configura maior insegurança dos mesmos são as questões voltadas para o mercado de trabalho e para a busca de oportunidades. Alegam que as práticas de ensino deveriam ser exploradas com mais veemência durante o período de formação, sobrepondo-se às teorias.

Questão n° 5 – Intenções profissionais após a formação técnica

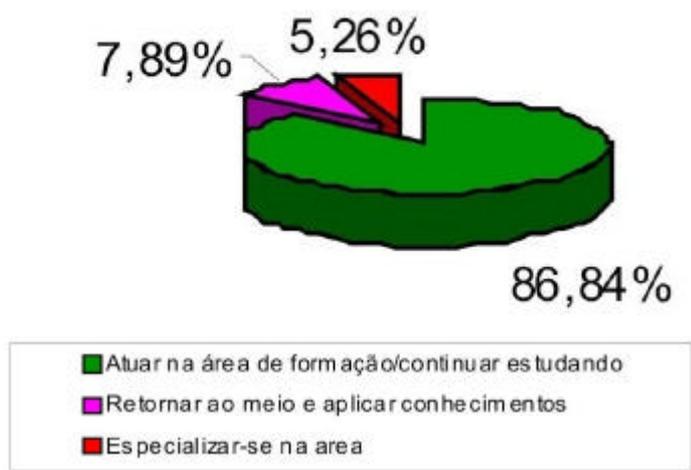


Figura 6 - Intenções dos alunos para a vida egressa

Este questionamento envolveu os alunos em respostas muito importantes para o estudo em pauta. Discorreu sobre as intenções dos mesmos após concluírem a formação no *Campus*, cujos resultados apontados nesse item denotam que a maioria, 86,84% pretende dar continuidade aos estudos, contra apenas 7,89% com interesse em retornar às propriedades e aplicar seus conhecimentos e 5,26% buscariam uma especialização na área afim.

A exceção desse item foi a possibilidade que os alunos tiveram de responderem se teriam outro anseio, concomitantemente ao já assinalado. A surpresa foi perceber um universo de 42,10% dos informantes terem manifestado o interesse por trabalhar apenas para bancar a continuidade de seus estudos, e não necessariamente para seguir a profissão ora escolhida.

As escolhas profissionais dos jovens rurais no sentido de seguir a atividade de seus pais em suas propriedades constituem uma opção reduzida no universo de informantes. Acredita-se que um dos fatores que não estimula a atividade agrícola no País, no momento atual, são as dificuldades do agronegócio, onde os insumos têm seus preços cada vez mais elevados e o produto *in natura* é menos valorizado. Existe uma disparidade em termos financeiros e nem sempre há, para o agricultor, a oportunidade de agregar valor ao produto, trazendo por consequência o desinteresse na atividade produtiva.

Também a redução dos postos de trabalho na área agrícola é um fator a ser levado em conta. Os jovens, quando empregados neste setor da economia, recebem salários relativamente baixos, interferindo na qualidade de vida dos mesmos. Sob um ponto de vista mais amplo, é importante considerar, de acordo com os estudos de BRUMER (2004) que as taxas de desemprego aumentaram nos últimos anos, principalmente entre os jovens.

A realização profissional desses jovens está atrelada à sua vontade de continuar os estudos e, portanto, seguir uma profissão que não a de agricultor. Com muita frequência, seus pais, quando constatam a inviabilidade dos filhos de permanecerem na atividade agrícola, por inúmeros fatores observados através de relatos, encaminham os filhos para o estudo, como alternativa para uma busca de uma atividade não agrícola, onde os jovens poderiam, a princípio, “passar menos trabalho” do que eles passaram.

Para BRUMER (2004, pág. 89, 111), a perspectiva de permanência dos jovens na agricultura depende, entre outros, dos seguintes fatores:

[...] Da viabilidade econômica do empreendimento, através de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas.

Da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado de trabalho competitivo.

Das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividades), por um ou mais membros da família.

Das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias.

Das relações de gênero, através das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres.

Da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões, assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores.

• **Questão nº 6 – Contribuições mais significativas do Curso**

Já em relação às contribuições proporcionadas pelo curso, podem-se visualizar, na tabela abaixo, as opiniões dos alunos, as quais estão ordenadas em tópicos e de acordo com o número de incidências encontradas.

Tabela 3. Contribuições do curso para a formação do aluno

CONTRIBUIÇÕES	% RESPOSTAS
1- Aquisição de conhecimentos para dar continuidade aos estudos	19,15
2- Saída de seu meio	19,15
3- Formação rápida para o mercado de trabalho	17,02
4- Amadurecimento Profissional	12,77
5- Acesso a novas tecnologias	10,64
6- Melhoria nas relações humanas (amizades)	8,51
7- Extensão rural	6,38
8- Conhecimento em diversas áreas	6,38

Dentre as contribuições elencadas, o que se observa é que as possibilidades de abandonar o meio rural são identificadas por grande parte dos informantes como uma das condições construídas ao longo da formação profissional técnica. Sentem-se preparados para a continuidade dos estudos e para a empregabilidade em áreas urbanas.

Na verdade, o perfil que se desenha a partir dessas respostas é o de um contexto marcado pelo êxodo rural, já que em momento algum as contribuições foram direcionadas para a aplicabilidade dos conhecimentos e tecnologias na propriedade rural, como forma de melhorar a qualidade de vida do produtor.

Há, então, um confronto com o que estabelece o Documento Base da Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (2007), onde a compreensão das relações entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura considera o trabalho como princípio educativo e não significa formar apenas para o exercício da profissão. Na verdade, implica na compreensão de que o homem é o construtor de sua própria realidade e, por isso, se apropria dela para poder transformá-la. E, mediante essa consideração, vê-se que o aluno do curso técnico agrícola ainda não entende as possibilidades que a profissionalização lhe oferece para transformar – e melhorar – a sua realidade.

· **Questão nº 7 - Relevância do Curso para o Desenvolvimento Regional**

Este questionamento buscou, como resposta, formular uma visão sobre a relevância do curso para o desenvolvimento regional na percepção dos alunos em relação às formas de consolidação dessas possíveis interferências.

Na primeira intervenção, os alunos tiveram por opção as alternativas SIM e NÃO, os quais, em sua totalidade (100%), afirmaram que o curso possui, sim, grande importância no contexto regional. A pergunta complementar referiu-se, então, ao tipo de contribuição do curso em relação ao desenvolvimento regional, quando foram apontadas várias colocações, com destaque para:

Tabela 4. Contribuições do curso para o desenvolvimento regional

CONTRIBUIÇÕES	% RESPOSTAS
1- Maior número de pessoas capacitadas implica em aumento das possibilidades de desenvolvimento	13,33
2- Utilização de tecnologias no campo	10,00
3- Possibilidade de implantação de atividades empreendedoras	13,33
4- Importância da vocação agropecuária na região	23,33
5- Escola de qualidade	26,67
6- Aprender e colocar em prática novos ensinamentos	6,67
7- Criação de novos postos de trabalho	6,67

Ressalta-se que nem todos os informantes responderam o presente questionamento, porém o que foi efetivamente registrado permitiu a visualização de que as principais contribuições elencadas estão voltadas para o binômio “formação técnica + trabalho”.

Assim, existindo possibilidades de trabalho, presume-se que são abertos caminhos para o desenvolvimento regional. O conhecimento adquirido para o trabalho pode ser um fator de desenvolvimento regional, pois existe uma relação estreita entre desenvolvimento e as relações de trabalho, especialmente quando se trata de assuntos relacionados à diversidade e a localização contextual.

A concepção de desenvolvimento, quando visto sob a perspectiva de progresso, alcançado pelo esforço e capacidade humana remete a uma nova ideia de trabalho. Deixa-se de lado a visão pessimista de trabalho como algo difícil a ser conquistado para a realização do homem e passa-se a entendê-lo como oportunidade de ascensão, o que lhe atribui um conceito mais otimista, principalmente como meio de sucesso e realização pessoal.

Neste sentido, JANTSCH (2001) afirma que os filhos dos pequenos produtores rurais, ao estudarem e na impossibilidade de voltarem à atividade agrícola com, dentre outros, a garantia da aplicação dos seus saberes ou pelo não acesso a este saber, como é o caso de muitos outros filhos desses, simplesmente preferem ocupar postos de trabalho nas cidades, mesmo com uma baixa remuneração, ou continuar os estudos a voltar à vida agrícola.

De acordo com GEHLEN (1996), pela consolidação da sociedade urbano-industrial, o trabalho assumiu uma centralidade ética e econômica, transformando-se em um determinante fundamental na explicação da riqueza e da pobreza, da moralidade e da imoralidade, da inclusão e da exclusão, tanto em nível individual, quanto dos grupos, categorias e classes sociais.

· **Questão n° 8: Motivos que dificultariam o retorno ao meio rural**

Esta pergunta objetivou relacionar as principais razões que dificultariam o retorno dos alunos, após a conclusão dos estudos, para o seu meio, com o fim de aplicar os seus conhecimentos.

As respostas foram muitas, dentre as quais foram selecionadas as de maior incidência, quais sejam:

Tabela 5. Razões que dificultariam o retorno ao meio rural

RAZÕES	% RESPOSTAS
1. Falta de postos de trabalho no município de origem	17,95
2. Restrições dos pais e/ou pessoas mais idosas em relação às inovações tecnológicas	10,26
3. O retorno ao meio rural é inviável para quem pretende continuar os estudos	10,26
4. Falta de condições financeiras para a aplicação dos conhecimentos e tecnologias na propriedade rural	12,82
5. Propriedade rural de pequeno porte que dificulta investimentos	12,82
6. Não existem garantias de mercado para a comercialização da produção agrícola	5,13
7. Insegurança para o exercício da profissão	7,69
8. Poucas pessoas na propriedade da família para o trabalho	7,69
9. Não desejam atuar como profissional da área agrícola	7,69
10. Os preços dos produtos <i>in natura</i> são muito baixos e não incentivam investimentos no meio rural	7,69

São várias as razões pelas quais os alunos não retornariam ao meio rural para aplicar os conhecimentos adquiridos durante a formação técnica. O que se observa, entretanto, é que as condições contextuais são as mais pertinentes, ou seja, são motivos relacionados ao panorama econômico atual da atividade agrícola no País, que atravessa um momento de grandes dificuldades.

Sabe-se que a atividade agropecuária sempre conviveu com inúmeras adversidades, sejam fatores climáticos, políticas ineficientes, perdas, dívidas, etc. Mas também é razoável considerar que a educação é um ponto de partida para mudar essa situação. Não se pode esquecer que os anos passados na escola são os anos mais importantes para a determinação do futuro dos homens, pois desse período dependerá a sua formação crítica e humana, que lhes tornarão capazes de transformar a realidade.

· **Questão n° 9: Realização de novo curso técnico**

Em relação ao presente questionamento, que trata da possibilidade de reingresso em um curso técnico, foi solicitado aos alunos que se manifestassem a respeito da escolha ou não pelo mesmo curso. A grande maioria, representada por 76,68% dos informantes, afirmou que sim, que realizariam novamente a formação de Técnico Agrícola. Por outro lado, apenas 26,31% dos informantes responderam que não retornariam à instituição para cursar a formação respectiva.

Dentro deste mesmo item, os alunos foram questionados sobre o porquê de suas decisões, as quais foram relacionadas em tópicos, expressos no quadro a seguir.

Tabela 6. Opção pelo curso

ESCOLHAS	% RESPOSTAS
ESCOLHERIAM NOVAMENTE O MESMO CURSO POR QUE:	
1- Proporciona uma formação rápida	23,68
2- Gratuidade dos estudos	18,42
3- Aquisição de novas tecnologias	13,16
4- Pela sua importância no contexto	10,53
5- Diversidade de conhecimentos	10,53
NÃO ESCOLHERIAM NOVAMENTE O CURSO POR QUE:	
1- Preferências por cursos superiores	10,53
2- Julgar insuficiente para o mercado de trabalho	5,26
3- Dificuldade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos	2,63
4- Insatisfeitos com os conhecimentos adquiridos	2,63
5- Simplesmente não possuem interesse em cursá-lo novamente	2,63

Apesar de que fatores como a possibilidade de uma profissionalização em curto espaço de tempo, aliada à gratuidade do ensino e possibilidade de trabalho surgirem como fatores positivos em relação à habilitação de técnico agrícola, há um manifesto desinteresse dos entrevistados em relação à possibilidade de realizar o curso novamente.

Essa observação vai ao encontro do que se identificou na questão anterior, ou seja, as condições do atual contexto sócio-econômico para a atividade rural no País dificultam o exercício da profissão do técnico agrícola, que não vislumbra grandes possibilidades de aplicação das tecnologias nas suas propriedades, devido aos altos custos para sua implantação. Também os baixos preços dos produtos agrícolas são motivos de desestímulo e agregar valor

ao produto em uma atividade empreendedora é, por vezes, mais oneroso que o resultado final do investimento.

· **Questão n° 10: O que faria diferente em um novo ingresso no mesmo curso?**

Assim como na intervenção anterior, dentro da linha de pensamento sobre escolhas, os alunos foram perguntados sobre a possibilidade de frequentar o curso novamente e o que fariam de diferente em tal circunstância. As respostas sugeriram uma descrição das intenções, as quais estão configuradas no quadro abaixo.

Tabela 7. Ações distintas mediante a oportunidade de realizar curso novamente

MOTIVAÇÃO	% RESPOSTAS
1. Dedicariam bem mais aos estudos	21,62
2. Aproveitariam melhor as tecnologias passadas	16,21
3. Seriam bem mais curiosos	10,81
4. Fariam mais trabalhos voluntários	8,11
5. Cobrariam mais dos professores	8,11
6. Fariam mais monitorias no <i>Campus</i>	8,11
7. Participariam mais em atividades extraclasse	8,11
8. Relacionar-se-iam mais com as pessoas	8,11
9. Escolheriam outro curso	5,40
10. Aperfeiçoar-se-iam em áreas de interesse	5,40

A relevância das respostas para este questionamento está centrada no fato de que os alunos reconhecem a necessidade de uma maior dedicação aos estudos na sua formação técnica, envolvendo-se, durante o percurso na instituição de ensino, em atividades extracurriculares que, ao final, viriam a somar no preparo dos mesmos para a aplicação dos conhecimentos construídos.

Na análise ora efetivada, é cabível ressaltar que as perguntas abertas foram objetos de respostas livres por parte dos entrevistados. Assim, alguns registraram uma ou mais colocações pertinentes à questão que se apresentava, outros não responderam, justificando o fato de que nem sempre o número de informações fosse equivalente ao número de entrevistados em cada questão do formulário.

Outra característica da análise realizada trata da omissão dos nomes dos entrevistados, buscando-se preservar as suas identidades sem que houvesse prejuízos aos resultados buscados.

8. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Sem pretender chegar a generalizações que muitas vezes tendem a abstrair os contextos regionais e locais, fazem-se aqui algumas considerações sobre a observação documental e resultados dos questionários aplicados aos alunos dos cursos técnicos de nível médio no *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha - RS. É importante ressaltar que a amplitude abriu um vasto campo de problemas que demandam estudos mais específicos.

Em relação à observação documental, incluídos os planos de curso, ementas, plano pedagógico institucional (PPI) e normativas gerais relativas ao ensino técnico, forma-se uma visão bastante **positiva**, pois os objetivos e finalidades da formação profissional voltam-se para a construção de conhecimentos e habilidades que possam transformar a realidade de forma dinâmica, eficaz e consoante com as demandas existentes.

Os objetivos do Ensino Técnico de Nível Médio, no âmbito do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* São Vicente do Sul, direcionam-se ao desenvolvimento do ensino profissional integrado ao médio, contribuindo para o aumento dos índices da escolarização média na região. Oferece ainda o ensino técnico na modalidade subsequente ao médio, o que propicia uma formação profissional em menor período de tempo, respondendo às demandas regionais, formando cidadãos qualificados e aptos para o trabalho.

As políticas educacionais propõem saídas e melhorias para a formação técnica. Porém, percebe-se que os alunos e as próprias instituições de educação profissional e tecnológica ainda carregam a conotação de serem meros laboratórios experimentais dessas políticas. O importante é ressaltar que o governo é dinâmico na forma de propor soluções e mostra-se preocupado com questões relativas ao abandono da atividade rural e a difícil sobrevivência nas grandes aglomerações urbanas.

A leitura dos discursos construídos a partir dos questionários aplicados registra reivindicações e expectativas que os próprios alunos gostariam que se complementassem para melhorar ainda mais a formação que a instituição se propõe a desenvolver. Representam o vínculo que estes possuem com a mesma e seu interesse de que esta melhore cada vez mais.

Primeiramente, cabe registrar a constatação de que a maioria dos alunos do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS, quando adquire a formação técnica, ainda é muito jovem para exercer a respectiva profissão e isso forma barreiras que dificultam a atividade profissional. Tais barreiras não se relacionam apenas a aspectos de maturidade, mas também por questões legais e burocráticas que inviabilizam o ingresso imediato no mercado de trabalho.

Em segundo lugar, surge a questão do gênero, que demonstra a adesão de uma maioria do sexo masculino em relação ao feminino nos cursos técnicos da área de Agropecuária, o que traduz uma preferência histórica dos homens pela profissão de Técnico Agrícola. O próprio mercado de trabalho compactua com esta situação, pois oferece maior demanda e melhores salários para a mão-de-obra masculina na área.

Atualmente, a caracterização do *Campus*, a partir da diversificação de cursos e habilitações, demonstra que a instituição não mais é concebida como formadora de técnicos agrícolas, mas com uma dimensão maior de atuação. Comprovação disso está no fato de que foi verificado um equilíbrio percentual entre alunos oriundos do meio rural e do meio urbano.

Contudo, essa nova realidade vivenciada remete a algumas reflexões que poderão ser objeto de novos estudos. Por exemplo, avaliar se o incremento de novos cursos, provocados pela criação dos Institutos Federais com características urbanas, não acabarão por privilegiar somente alunos do meio urbano, ou então se pelas características desses novos cursos, não se

corre o risco de incentivar ainda mais os jovens rurais a abandonarem seu meio. São questionamentos relevantes que surgem à medida que são vivenciadas situações cotidianas.

Também é uma consideração relevante no presente estudo o fato de que a iniciativa dos alunos em sair de casa para frequentar um curso técnico tem forte influência da família que vê nos cursos profissionalizantes de nível médio/técnico uma boa oportunidade, para seus filhos, de acesso ao mercado de trabalho e de aprendizado nas atividades rurais.

O questionamento-chave da pesquisa relaciona-se às expectativas que levam os jovens a buscarem a formação técnica na área da Agropecuária no *Campus* São Vicente do Sul. As respostas obtidas foram declarantes de que esta formação é concebida como de melhor qualidade em relação a outras instituições, favorável pelo curto tempo de profissionalização e pelas oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.

A observação fundamental é a de que existe uma disparidade de interesses entre as perspectivas de ingresso no mercado de trabalho ou de continuidade dos estudos em relação ao retorno às propriedades para aplicação dos conhecimentos técnicos, onde a última opção foi apontada apenas por uma minoria dos informantes. Esta constatação demonstra que o curso técnico, pela sua qualidade, configura-se em um degrau para percorrer outros caminhos que não o retorno ao meio rural.

Sobre as manifestações em relação ao atendimento das expectativas da formação técnica, é preocupante o percentual de respostas que manifestam dúvida ou parcialidade, fato este que denota a existência de lacunas a serem preenchidas quanto à clareza dos objetivos da formação e perfil profissional traçado, conhecido previamente pelo aluno.

Dentre as razões dificultantes do retorno dos alunos oriundos especificamente do meio rural à origem, após a conclusão dos estudos, destacam-se os receios dos mesmos em relação à crise histórica que atinge o panorama econômico da atividade agrícola no País, bem como das próprias famílias, que se mostram resistentes às mudanças e inovações tecnológicas.

Por fim, sobre a possibilidade de frequentarem novamente o curso, as respostas dos informantes denotaram que as necessidades de melhoria em relação à habilitação técnica apontam para um maior envolvimento durante o percurso na instituição de ensino, em atividades extracurriculares que, ao final, viriam a somar no preparo dos mesmos para a aplicação dos conhecimentos construídos.

Estas são as considerações mais relevantes a serem registradas como resposta aos questionamentos da presente pesquisa, e que poderão servir como caminhos para estudos posteriores, especialmente pelas novas e constantes indagações que foram surgindo, decorrentes da investigação realizada.

Nenhum estudo é finito ou decisivo em suas manifestações. Sempre que for necessário responder a uma determinada pergunta, a resposta poderá parecer muito simples, mas na verdade pode-se perceber que mesmo no mero “sim” ou “não” sempre existirá certa dose de complexidade.

Assim, consolida-se a arte de buscar diferentes respostas para a mesma pergunta, descobrindo opiniões distintas e enriquecedoras, ou encontrar respostas inovadoras para a velha pergunta, de forma a transpor novas visões e concepções existentes, ou ainda aprender a descobrir novas questões sobre um mesmo tema relevante ao futuro, sendo esta uma ação inovadora, eficaz e dinâmica.

9. REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. **Diversidade: Avanço Conceitual para a Educação Profissional e o Trabalho.** Ensaios e Reflexões, 2002.
- ABRAMOVAY, R. **Juventude e Agricultura Familiar: Desafio dos Novos Padrões Sucessórios.** Brasília, UNESCO, 1998.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papirus, 1995.
- BECKER, D. F. **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4ª ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BLUM, R. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. **In. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: Editora UPF, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais (v. 1) / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei Federal n. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Educação Profissional: Legislação Básica.* Brasília, DF: SEMTEC, 2001.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e da Outras Providencias.
- BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local.** 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- BRUMER, A. **Transformações e Estratégias Produtivas na Produção Familiar na Agricultura Gaúcha.** Cadernos de Sociologia N. 6, Revisão do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre, PPGG, 2004.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 17ª ed. 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro. Paz e terra. 25ª ed. 2001.
- GEHLEN, I. **Noções e ambiguidades sobre o trabalho dos agricultores familiares nos complexos agroindustriais.** [Palestra apresentada no XVII Encontro Nacional do PIPSA, Campina Grande, 1996. Mimeo.]

IBGE. **População residente em 1º de abril de 2007**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2010.

IPEA. **Retrato das Desigualdades** – 2ª. Edição. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/1907.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2010.

JANTSCH, A, P. **Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa**. Florianópolis: Núcleo de Publicações (UFSC/CED), 2001.

LEAL, Luis Otávio P. **Profissões Agrícolas de Nível Médio**. Rio de Janeiro Petrobrás, Coleção Produtividade Agrícola. Apex Gráfica e Editora Ltda., 2. ed. 1983.

MAUÉS, Olgaíses; GOMES, Elenilce; MENDONÇA, Fernanda. **Políticas para a educação profissional média nos anos 1997-2007**. Trabalho & Educação. Vol. 1 – jan./abr. 2008.

MEC/SEB - Orientações curriculares para o ensino médio; volume 1. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf.

MEC/SETEC – **Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio**: Documento Base. Dez, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do, e Viana, João Nildo (Org). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

Plano Pedagógico Institucional do IFF- *Campus* São Vicente do Sul 2009. Rio Grande do Sul, 2009.

Relatório de Egressos do CEFET de São Vicente do Sul/RS. Diretoria de Ensino/Setor de Estágios. 2007.

RIBEIRO, E. M. e VIVAN, A. M. **Algumas questões sobre desenvolvimento e administração rural**. In: 3º Congresso Brasileiro de Administração Rural, v. Administração Rural e Agronegócios no 3º Milênio, 1999, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Record, 16ª Edição, 2008.

SCHALLENBERGER, Erneldo. & COLOGNESE, Silvio Antônio. **Migrações e comunidades cristãs no Sul do Brasil**. Unioeste – Facitol. Toledo, 1993.

SILVA, Caetana J. R. (org); VIDOR, Alexandre M.; PACHECO, Eliezer M.; PAREIRA, Luiz A. C. **Institutos Federais**: Comentários e Reflexões. Brasília: IFRN Editora, 2009.

TEDESCO, J. C. **Processos sociais agrários e alguns pressupostos para a educação rural**. Versão resumida do trabalho apresentado no Seminário da Constituinte Escolar do RS, sobre Desenvolvimento e Educação Escolar, promovido pela Delegacia Regional de Passo Fundo, 1999.

10. ANEXOS

ANEXO A

Questionário

Este questionário é parte dos estudos do mestrando Nelci José Donadel, que está sendo realizado na UFRRJ, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Antecipadamente agradeço sua valiosa participação, a qual possibilitará levantar dados que certamente contribuirão para a melhoria de nosso Instituto.

Série: _____ Sexo: _____

Curso: _____ Idade: _____

1- Sua origem é:

- Do meio rural
- Do meio urbano
- Do meio rural mas moro na cidade
- Do meio urbano com experiência rural
- Outro.

2- A iniciativa de buscar um curso técnico foi:

- Somente minha
- Minha e de minha família
- Somente de minha família
- Por influências de terceiros
- Outro.

3- Quais eram suas expectativas ao buscar o curso técnico?

.....
.....

4- O curso atendeu estas expectativas?

- Sim Em partes Não

- Em quais atendeu e em quais não atendeu?

.....
.....

5- Qual sua intenção profissional após concluir a formação técnica?

- Retornar ao meio de origem e aplicar os conhecimentos adquiridos.
- Dar continuidade aos estudos em curso de graduação.
- Especializar-se na área de formação técnica.

() Atuar em empresas do ramo, como contratado.

() Outro.

- Qual?

6- Quais as contribuições mais importantes que o curso lhe proporcionou?

.....
.....

7- Consideras o curso relevante para o desenvolvimento da região? Por quê? (como percebes)

.....
.....

8- Relacione os motivos principais que dificultariam o seu retorno para o seu meio e aplicar os seus conhecimentos:

.....
.....

9- Você escolheria um curso técnico novamente?

() Sim () Não Por quê?

.....
.....

10 - Se tivesse que ingressar novamente no curso, o que faria diferente?

.....
.....

MUITO OBRIGADO!

